



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

ROSEMARY DA SILVA SOUSA

**ESTUDANTES DE CAMADAS POPULARES EM CURSOS UNIVERSITÁRIOS
CONSIDERADOS DE ELITE: ENTRE SONHOS, DIFICULDADES E SUPERAÇÕES**

CAJAZEIRAS-PB
2016

ROSEMARY DA SILVA SOUSA

**ESTUDANTES DE CAMADAS POPULARES EM CURSOS UNIVERSITÁRIOS
CONSIDERADOS DE ELITE: ENTRE SONHOS, DIFICULDADES E SUPERAÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande/PB – Campus Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes

CAJAZEIRAS-PB
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S725e Sousa, Rosemary da Silva.
Estudantes de camadas populares em cursos universitários considerados de elite: entre sonhos, dificuldades e superações / Rosemary da Silva Sousa. - Cajazeiras, 2016.

63p.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes.
Monografia (Graduação em Pedagogia) UFCG/CFP, 2016.

1. Ensino superior. 2. Estudantes - camadas populares. 3. Cursos universitários. I. Fernandes, Dorgival Gonçalves. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 378

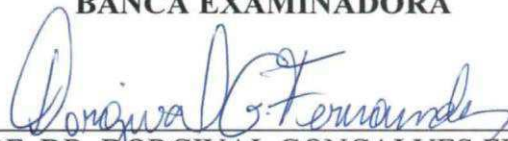
ROSEMARY DA SILVA SOUSA

**ESTUDANTES DE CAMADAS POPULARES EM CURSOS UNIVERSITÁRIOS
CONSIDERADOS DE ELITE: ENTRE SONHOS, DIFICULDADES E SUPERAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade Acadêmica de Educação do Centro de
Formação de Professores da Universidade
Federal de Campina Grande, como parte das
exigências para a obtenção do título
Licenciatura em Pedagogia.

Cajazeiras, 29 de Setembro de 2016.

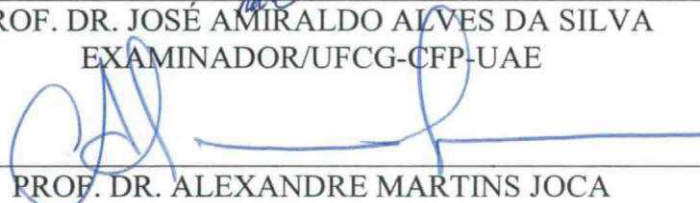
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. DORGIVAL GONÇALVES FERNANDES
ORIENTADOR/UFCG-CFP-UAE



PROF. DR. JOSÉ AMIRALDO ALVES DA SILVA
EXAMINADOR/UFCG-CFP-UAE



PROF. DR. ALEXANDRE MARTINS JOCA
EXAMINADOR/UFCG-CFP-UAE

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que foi o alicerce para a construção dessa pesquisa. E a Maria dos Remédios dos Santos, que foi meu porto seguro durante toda essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha existência e pelo seu amor supremo, que tem me dado forças para vencer as adversidades da vida, concedendo-me subsídio para a construção desse trabalho.

Aos meus familiares, que estiveram sempre ao meu lado. Em especial a minha mãe, Maria dos Remédios, que com muito amor me apoiou durante toda essa árdua jornada e não mediu esforços para que eu chegasse até aqui.

A meu padrinho, Eduardo Vita, e minha madrinha, Maria do Socorro. Sem eles não estaria concluindo este curso, foram eles que me incentivaram a fazer o vestibular, acreditaram na minha capacidade e tem me apoiado desde então.

A todos os meus colegas do curso que contribuíram direta ou indiretamente na construção do meu conhecimento, por meio das discussões que possibilitaram novas descobertas em sala de aula.

Às minhas amigas Kellyane Maria Dantas e Wigna Begna Fernandes, pela construção de uma amizade verdadeira além dos muros da Universidade, compartilhando comigo momentos de angústias e alegrias na graduação e pelas palavras pronunciadas de carinho, apoio e incentivo sempre que necessário.

A todos os professores do curso de Pedagogia, que demonstraram muita atenção, apoio e profissionalismo durante todo o curso e que através de sua dedicação à docência, contribuíram para a construção da minha identidade profissional e também pessoal.

À professora Elzanir dos Santos, com quem partilhei as primeiras inquietações com relação à temática que se desdobrou nesse trabalho. Nossas conversas no grupo de estudo foram imprescindíveis para concretizar o desejo de escrever sobre o assunto. Agradeço também pelas discussões promovidas por meio do diálogo, resultando no compartilhamento de conhecimentos e, principalmente, pela amizade construída dentro e fora da Universidade.

Ao meu orientador Dorgival Gonçalves Fernandes, pela paciência, dedicação e disponibilidade de tempo e material durante a construção desse trabalho. Sou muito grata pelas observações que se tornaram indispensáveis para que este trabalho tomasse forma.

Aos universitários do curso de Direito que participaram da pesquisa e, assim como eu, passaram por muitas barreiras socioeconômicas para ingressar e permanecer na Universidade. Agradeço por gentilmente terem se disponibilizado a relatar um pouco de sua experiência durante o período de permanência na UFCG campus Sousa.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal refletir acerca dos estudantes de camadas populares em cursos universitários considerados de elite: entre sonhos, dificuldades e superações. Fundamentada na perspectiva sociológica, a pesquisa buscou analisar os dilemas vivenciados e as estratégias de superação elaboradas por estudantes de camadas populares em cursos elitizados do ensino superior. Essa pesquisa também pretendeu fazer um apanhado a respeito da conjuntura que envolve o contexto histórico da expansão universitária através da democratização do ensino superior no Brasil e a implantação de políticas de inclusão social, haja vista que os sujeitos que participaram dessa pesquisa foram estudantes pertencentes às classes dominadas que no decorrer da pesquisa ressaltaram sua trajetória acadêmica, a partir dos sentidos e significados que estes foram construindo, baseados em suas experiências como sujeitos sociais e acadêmicos. Tomando como base os princípios da pesquisa descritiva, com ênfase na abordagem qualitativa, o instrumento de coleta de dados adotado foi a entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados a partir dos instrumentais da “Análise de Conteúdo”. A pesquisa nos possibilitou conhecer um pouco da realidade acadêmica dos alunos entrevistados e estabelecer um diálogo com esses sujeitos. A entrevista conteve oito questões relacionadas ao tema já citado, aplicado a sete estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa. Os resultados encontrados na pesquisa mostraram que esses alunos de classe dominada enfrentaram muitos dilemas para ingressar e permanecer no curso devido às deficiências que tiveram em sua educação básica e a sua condição financeira. No entanto, estes fatos não interferiram no desenvolvimento acadêmico dos sujeitos entrevistados. A pesquisa também apontou que a escolha do curso entre esses foi influenciada por muitos fatores, tais como: a intervenção da família, a sua vida escolar, a sua condição social, a conjuntura econômica e, sobretudo, a realização pessoal dos alunos entrevistados. E que democratizar o ensino não é apenas garantir o ingresso na universidade, mas promover condições, por meio do desenvolvimento de políticas públicas, que possibilitem uma efetiva democratização no ensino superior, oferecendo mecanismos para que os alunos de classe dominada permaneçam no curso e consigam concluí-lo com êxito. Os alunos entrevistados também apresentaram seus projetos de vida profissional e pessoal após a conclusão do curso, todos eles têm planos traçados para seguir a carreira na área do Direito. No entanto, como eles pertencem às classes dominadas, não têm condições financeiras para manter-se. Assim, precisam conseguir de alguma forma se estabilizar relativamente bem para continuar se dedicando aos estudos e conseguir chegar a atingir a meta desejada. Desse modo, a estratégia adotada por esses sujeitos é conseguir essa estabilidade, por meio da aprovação em um concurso público.

Palavras-chave: Ensino Superior. Estudantes. Acesso. Permanência. Camadas Populares.

ABSTRACT

This study aimed to reflect on the young students of lower classes in college courses considered elite: between dreams, difficulties and overcoming. Based on the sociological perspective, the research aimed to analyze the experienced dilemmas and the overcoming strategies developed by young students of lower classes in elitist courses from higher education. This research also sought to make a brief overview about the situation surrounding the historical context of the university expansion through the democratization of higher education in Brazil and the implementation of social inclusion policies, considering that the subjects who took part in this study were young students belonging the lower classes that during the research highlighted its academic path, from the senses and meanings they were building, based on his experiences as social and academic subjects. Building on the principles of descriptive research, with emphasis on the qualitative approach, the used data collection instrument was a semi-structured interview. Data were analyzed from the instrumental of "Content Analysis". The research enabled us to know a little of the academic reality of the interviewed students and establish a dialogue with these subjects. The interview contained eight questions related to the mentioned topic above, applied to seven students of the Curso de Direito of the Universidade Federal de Campina Grande, Sousa campus. The results found in the research showed that these lower classes students faced many dilemmas to join and stay on course because of the deficiencies they had in their basic education and their financial condition. However, these facts do not interfere with the academic development of the interviewed subjects. The survey also pointed out that the courses choice on these was influenced by many factors, such as family intervention, their school life, their social status, economic conditions, and especially the personal development of the interviewed students. And that to democratize education is not only to ensure admission to the university, but to promote conditions through the development of public policies that enable an effective democratization in higher education, providing mechanisms for the lower classes of students to remain on the course and complete it with success. Interviewed students also presented their professional and personal life projects after the end of the course, they all have set plans to pursue the career in the Law area. However, as they belong to lower classes, they can not afford to keep up, so they need to get somehow to stabilize relatively well to keep dedicating to studies and achieve the desired goal. Thus, the strategy adopted by these subjects is to achieve this stability through the approval in a public contest.

Key-words: Higher Education. Students. Entry. Permanence. Lower Classes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Programa Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PB VEST	Pré-Vestibular Social do Governo do Estado da Paraíba
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PVS	Pré- Vestibular Solidário
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Q1: Quadro com o perfil geral dos entrevistados do curso de [Direito].

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O ELITISMO EDUCACIONAL: AS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA	16
1.1 ENSINO SUPERIOR: AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA SUA EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO	18
1.2. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO CURSO DE DIREITO NO BRASIL	21
1.3 ALUNOS UNIVERSITÁRIOS DE CAMADAS POPULARES DIANTE DA DESIGUALDADE SOCIAL	22
1.4 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM BREVE ENSAIO ACERCA DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	27
CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
2.1 LOCUS DA PESQUISA.....	34
2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	35
CAPÍTULO III - QUADRO DE ANÁLISE - LUTAS E CONQUISTAS DE ESTUDANTES DE CAMADAS POPULARES NO CURSO DE DIREITO/CCJS/UFCG	37
3.1 INFLUÊNCIAS FAMILIARES E ESCOLARES NA ESCOLHA DO CURSO	38
3.2. TRAJETÓRIA ESCOLAR: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE...	41
3.3 AÇÕES EMPREENDIDAS PELOS ENTREVISTADOS PARA FACILITAR A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	49
3.4 PERSPECTIVAS/ PROJETOS APÓS O FIM DO CURSO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
Apêndice B – Roteiro de Entrevistas	
Apêndice C - Cronograma	

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “Estudantes de camadas populares em cursos universitários considerados de elite: entre sonhos, dificuldades e superações”, visa discorrer acerca do “Acesso e permanência de alunos de camadas populares em cursos de graduação considerados elitizados”. A questão central que se busca responder nessa pesquisa é: Quais os dilemas vivenciados pelos estudantes de camadas populares para ter acesso e permanecer em cursos elitizados do ensino superior público?

As motivações iniciais para realizar tal pesquisa partiram de uma experiência vivida no projeto de pesquisa intitulado “Trajetórias de estudantes de pedagogia: da relação com a escola e com a universidade”. Neste grupo travei contato com leituras dos textos *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*, de Bernard Charlot; *Juventude popular e universidade: acesso e permanência*, organizada pelo mesmo autor. Nesta obra, os seus autores apresentaram problematizações sobre o ingresso em universidades públicas de alunos de classe popular, feitas a partir de pesquisas que realizaram com o intuito de investigar a trajetória escolar destes alunos, o percurso e a permanência desses, rumo à universidade pública.

A partir do contato com essas obras surgiram inquietações que me levaram a refletir tanto sobre situações do âmbito pessoal, quanto acadêmico, tais como: as relações estabelecidas com o saber no interior da instituição de ensino se dão de que maneira? Como me aproprio desse saber a partir das experiências e vivências que a universidade tem me proporcionado ao longo dos anos? Assim também no que diz respeito a minha origem social vinculada à questão do êxito ou fracasso escolar. Haja vista que cursei toda minha educação básica em escolas públicas. E as duas vezes que prestei vestibular fui aprovada com sucesso. Isso evidencia que a questão do êxito ou fracasso escolar não está relacionada, apenas, à posição que o sujeito ocupa na sociedade, mas sim a uma relação que este estabelece com o saber. No decorrer do projeto de pesquisa essas ideias foram aprimorando-se, ampliando as minhas concepções e consolidando o desejo de aprofundar estudos sobre o referido tema.

O presente estudo tem como objetivo central analisar os dilemas vivenciados e as estratégias de superação elaboradas por estudantes de camadas populares em cursos elitizados do ensino superior. Desse objetivo geral surgiram três objetivos específicos: identificar os dilemas vivenciados e as estratégias de superação adotadas por esses alunos; averiguar as

influências da família para a escolha do curso e verificar as expectativas quanto ao desenvolvimento discente no curso e a sua conclusão.

Ao refletir sobre esse tema algumas curiosidades surgiram, pois as histórias de vida dos sujeitos pesquisados nas obras acima mencionadas são semelhantes a minha. Por isso, me identifiquei bastante, e de certa forma fiquei feliz, porque constatei que eu não sou a única de classe dominada, negra e do interior que sofre preconceitos e dificuldades em permanecer em uma universidade pública. A partir dessa leitura me senti motivada para continuar, porque os sujeitos da pesquisa conseguiram driblar diversas barreiras e obtiveram sucesso. Nesse sentido, quando Bourdieu (S/D, apud CHARLOT, 2011) afirma que a escola só favorece a uma classe, a classe dominante, ele acaba generalizando, pois embora existam as desigualdades socioculturais, estas não impedem que os alunos de classe dominada tenham possibilidade de obter êxito em sua vida acadêmica. Partindo dessa perspectiva me vem algumas reflexões: Quais elementos têm contribuído significativamente para o ingresso e a permanência de alunos de classe dominada na universidade pública?

Vivemos em uma sociedade de classes sociais antagônicas na qual muitos alunos, tanto de “classe dominada” como de “classe dominante”¹ passaram, e ainda passam, por grandes dificuldades para ingressar em uma Universidade Federal - que em grande parte oferece um ensino de melhor qualidade - devido as más condições que a maioria desses alunos tiveram em toda a sua trajetória escolar. A realidade dos alunos que estudam em escola pública não é fácil, pois muitas dessas escolas não os preparam para o ingresso no ensino superior. Enquanto os alunos da rede privada, que atende às classes dominantes, são preparados o ano inteiro para fazer vestibular, porém, isso não significa que esses alunos irão obter sucesso sempre. Desta maneira, percebe-se que as dificuldades são inerentes à grande parte dos alunos que almejam ingressar em uma universidade pública.

Vale ressaltar que muitos alunos de classe dominada, na tentativa de superar essas dificuldades que o ensino médio não conseguiu suprir, buscam participar de programas como Pré-vestibular solidário, na perspectiva que este aumente suas chances de ingressar em uma universidade pública. Eu participei de um cursinho pré-vestibular oferecido pelo governo do

¹ As classes sociais são grupos amplos, e encontram-se divididos em camadas sociais, haja vista, que os indivíduos são diferentes entre si e ocupam lugares diferentes na sociedade. Nesse sentido, em toda sociedade, seja pré-capitalista ou capitalista, haverá sempre uma classe dominante, que direta ou indiretamente controla ou influencia o controle do Estado; e uma classe dominada, que reproduz a estrutura social ordenada pela classe dominante e assim perpetua a exploração.

estado, “PBVEST”². Este contribuiu bastante no meu processo de ensino e aprendizagem e foi um dos responsáveis pelo meu ingresso na universidade pública. O cursinho tinha o intuito de revisar os conteúdos que eram trabalhados na escola. No entanto, muitos deles não eram trabalhados em virtude não haver tempo suficiente. Tive professores excelentes e muito qualificados, as condições disponíveis também eram muito favoráveis, como a boa infraestrutura e alimentação de boa qualidade. Era muito cansativo, porque eu já estudava na semana e no final de semana fazia o cursinho, mas todo esse sacrifício valeu muito a pena, pois consegui atingir os objetivos propostos pelo cursinho e por mim mesma, que foi ingressar em uma Universidade Federal fazendo o curso que sempre almejei.

Com todas essas dificuldades acima elencadas, que a maioria dos alunos de escola pública vivenciam, como o ensino precário e conteúdos trabalhados de forma fragmentada, ingressar em uma universidade era um sonho muito distante de minha realidade. Quando finalmente consegui, a felicidade em estar em uma universidade era imensa. Me sentia orgulhosa por fazer parte deste universo.

De início pensei que o difícil seria entrar, devido à seleção cruel que o sistema nos coloca, mas depois pude perceber que o difícil mesmo seria permanecer e driblar as dificuldades. Quando ingressei procurei de imediato me informar acerca de programas estudantis como suporte para custear os gastos que a universidade exige, como alimentação, transporte, cópias xerografadas e garantir a minha permanência.

Já que faço parte da classe dominada e moro com minha avó paterna, que é analfabeta, entre cinco irmãos, eu fui a única que consegui ingressar em uma universidade pública. Minha trajetória escolar sempre foi marcada por dificuldades, pois muitas pessoas possuem o hábito de se subjugar por sua classe social, cor, e acham que você tem que ser subserviente às classes dominantes. Muitas vezes, no âmbito escolar, tive que silenciar minhas opiniões, porque a oportunidade me era negada devido a minha condição social. Isso se evidencia na ideia de Bourdieu (S/D, apud CHARLOT, 2000), na teoria da reprodução das desigualdades, quando este afirma que o capital cultural da família determinava a posição social que o aluno iria ter na escola. Sabe-se que a família tem grande influência no processo de ensino e aprendizagem do filho devido a sua bagagem cultural, no entanto, não determina seu percurso de êxito ou fracasso no âmbito escolar.

² Criado em 2011 pelo Governo da Paraíba em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, o PBVest é um projeto de viabiliza os estudantes de baixa renda a participarem de um curso pré-vestibular de qualidade. O cursinho comunitário tem o objetivo de reforçar e ampliar os conhecimentos dos alunos que pretendem concorrer às vagas dos cursos de graduação através do Enem, Exame Nacional do Ensino Médio.

Partindo desse pressuposto, surge uma indagação: Qual a influência da escola e da família na vida desses sujeitos de origem popular que conseguiram mudar o seu “destino” e obter sucesso dentro da universidade?

Esta pesquisa irá contribuir, no âmbito pessoal, na aquisição e ampliação dos meus conhecimentos, e simultaneamente, na construção de um saber elaborado com relação ao meu objeto de estudo, uma vez que discussões como essa temática têm surgido com mais frequência no âmbito educacional nas últimas décadas devido à forte presença de estudantes de classe dominada nos espaços acadêmicos.

Do ponto de vista acadêmico, esses conhecimentos poderão contribuir para a reconstrução dos saberes a partir das experiências que a universidade tem proporcionado a esses sujeitos, mobilizando-os a contemplar a realidade de uma forma crítica e autônoma, com o intuito de levá-los a refletir acerca do processo educacional brasileiro. Sobretudo, no que compete à implantação de propostas de políticas públicas com programas específicos que tem contribuído de forma significativa para a ampliação de vagas e no ingresso e permanência de estudantes de classe dominada no ensino superior público.

Nesse sentido, torna-se relevante buscarmos compreender quais as estratégias que esses estudantes têm utilizado no decorrer de sua trajetória para driblar as dificuldades e conseguir ter acesso ao ensino superior público, em um curso elitizado e, ao mesmo tempo, manter-se nele. Analisando a conjuntura em que a sociedade brasileira encontra-se, são evidentes as contribuições de pesquisas na tentativa de estabelecer uma nova relação entre público e privado, minimizando assim a exclusão dos estudantes de menor poder aquisitivo e ampliando as oportunidades para os que almejam ingressar e permanecer em uma universidade pública.

O referido trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo é composto pelo referencial teórico, situo, historicamente, alguns conceitos importantes para a pesquisa, como o processo de democratização da escola pública e expansão do ensino superior, como também as contribuições das políticas públicas nesse processo. E a questão da desigualdade social existente entre os alunos de classe dominante com relação aos alunos de classe dominada. O segundo capítulo compreende os procedimentos metodológico adotado para a realização da pesquisa. Por fim, no último capítulo relatei sobre a história dos sujeitos investigados e suas reflexões em relação ao ingresso e permanência no curso de Direito.

CAPÍTULO I

O ELITISMO EDUCACIONAL: AS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

A história da educação no Brasil começa a ser registrada a partir de 1549, no período Colonial, que se estende até 1822. Durante esse período a sociedade era altamente patriarcal e submissa aos donos de terra. O Padre Manoel da Nóbrega e outros dois jesuítas foram os primeiros professores a chegarem ao Brasil e contando com a ajuda de outros padres, deram início aos primeiros ensinamentos. Em 1759 uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil, que é a expulsão dos jesuítas pelo Ministro do Estado de Portugal, Marquês de Pombal, que pretendia tirar o poder educacional da igreja, e colocar nas mãos do Estado. Desta forma, Pombal propôs uma série de reformas na estrutura e implantou um novo modelo de educação para seu país e suas Colônias.

Com a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional sofreu grandes dificuldades para se reorganizar, pois houve mudanças significativas no formato do ensino e o Estado assumiu as responsabilidades da educação. A partir desse processo nascem as escolas públicas mantidas pelo Estado, dando-se origem aos concursos públicos e análise da literatura voltada para as escolas. Com as reformas pombalinas introduziram-se as aulas régias, que eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica.

Cada aula régia era autônoma e isolada, não existia uma articulação entre os professores e as disciplinas, cada professor organizava seu ambiente de aula e colocava a escola para funcionar. No entanto, quem arcava com as despesas era o Estado. Ademais, desde a expulsão dos jesuítas em 1759 até a chegada da Côrte portuguesa para o Brasil, em 1808, a educação na Colônia passou por um período de desintegração e declínio.

Foi apenas a partir da Revolução de 1930 que mudanças significativas aconteceram em nosso país no campo educacional, político e econômico. A Revolução de 30 surgiu a partir de uma série de reformas e movimentos que vinham acontecendo em nosso país (Romanelli, 2001). Parte dos princípios educacionais da Revolução de 30 passou a fazer parte da Constituição de 1934, atendendo os seguintes ideais: o ensino gratuito e obrigatório do 1º grau, maior liberdade de ensino, obrigatoriedade da escola e da família no que concerne à educação, além do ensino religioso que passou a ter caráter multiconfessional e o direito ao voto, que não era mais apenas para os maiores de 21 anos e do sexo masculino. A Revolução de 30 sofreu influência dos fatores políticos, sociais e econômicos que guardavam relação

com a educação, pois muitos almejavam por reformas no campo da educação, com o intuito de promover mudanças nos objetivos e conteúdos públicos, já que estes eram muito limitados.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse movimento contou com a participação de mais de 25 educadores/escritores com o propósito de interferir na organização da sociedade brasileira no que concerne à educação, marcando um grande avanço na política educacional. Redigido por Fernando de Azevedo, que acreditava que a escola tinha o papel de formadora das elites com base na meritocracia, e deste modo os indivíduos eram reorganizados na sociedade de acordo com suas aptidões. Esse documento contou com a assinatura de vários intelectuais, tendo destaque: Cecília Meireles, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, este último lutava por uma escola democrática, gratuita e de qualidade, que fosse acessível a todos os cidadãos brasileiros, de modo que de alguma forma pudesse minimizar as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista. (Ghiraldelli, 1994).

Anísio Teixeira foi considerado uma figura imprescindível nesse processo de implantação da escola pública, sendo este responsável por uma sucessão de mudanças que marcaram a educação brasileira. Norteados pelos princípios da Escola Nova, Anísio almejava por uma educação renovadora, que fosse capaz de desenvolver as competências e habilidades dos sujeitos, preparando-os para viver em sociedade como sujeito ativo e participativo na construção de uma sociedade melhor e mais democrática, que só seria possível por meio da escolarização da população.

O documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi lançado após os resultados da Revolução de 30, o qual se constatou a desordem em que se encontravam as escolas. O manifesto propôs que o Estado estruturasse um plano geral de educação promovendo uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita para todos. Com a atuação efetiva do governo a educação passou a funcionar de forma sistematizada. Uma das primeiras providências tomadas a partir da Revolução de 1930 no campo educacional foi a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados, que de imediato inseriu uma reforma do ensino ao nível Federal. (Ghiraldelli, 1994).

No que concerne ao Ensino Superior, Francisco Campos tratou de elaborar diretrizes, organizou e sistematizou o ensino secundário. No entanto, essa reforma estava voltada para os interesses da classe dominante, e desta forma o ensino popular não foi beneficiado, pois não houve uma preocupação com a expansão e melhoria da escola primária. Nesse cenário, de poucos investimentos em escolas públicas para as classes dominadas, a população não teve

oportunidade de ingresso no ensino formal e poucos indivíduos conseguiram avançar no processo educativo.

1.1 ENSINO SUPERIOR: AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA SUA EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

A educação é responsável por fomentar no sujeito o desejo de desenvolver a si e a seu país. No entanto, como sabemos, o acesso à educação em nosso país deu-se de forma tardia, principalmente no que diz respeito à educação superior com o intuito de contribuir na formação das profissões, pois desde seu início foi privilégio apenas das classes sociais favorecidas. Contudo, no presente, torna-se imprescindível o processo de expansão do ensino superior, possibilitando o acesso a estudantes de classe dominada, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos, ativos e capazes de transformar a sua realidade em uma sociedade que está em constante mudança. Esse processo acontece a partir da democratização do saber, que é uma das formas de minimizar o domínio das elites e oportunizar a entrada de sujeitos de outras camadas sociais no ensino superior público.

A princípio a universidade não surgiu como instituição, mas sim como um espaço que propiciava o encontro dos mestres com seus aprendizes, com o intuito de promover discussões e explicações de diferentes tipos de textos, permitindo a estes a transmissão e apropriação do saber. Um saber elaborado, erudito, muitas vezes originando o ápice do conhecimento humano. Com o passar do tempo esse espaço tornou-se uma instituição propriamente dita. Vale ressaltar que antes do surgimento da universidade, como lugar de produção científica, quem detinha o poder do conhecimento era a Igreja Católica, desprezando muitas vezes o conhecimento científico e dando ênfase apenas a fé. Com o surgimento da universidade, essa concepção rompeu-se, passando a destacar a importância de mediar o conhecimento científico. Nesse sentido, o intuito da universidade era formar seres pensantes, autônomos, capazes de construir de forma coerente o seu pensamento.

Segundo Cunha (2000, p.152), com relação ao desenvolvimento da universidade em nosso país, diferentemente dos demais países sul-americanos, o Brasil, colonizado pelos portugueses, resistiu por muito tempo ao investimento dessas instituições em virtude do controle de Portugal, temendo que os estudos universitários fossem a mola propulsora de movimentos independentistas. Além disso, faltavam recursos por parte da Colônia para manter essas instituições aqui. Lamentavelmente, quando o Brasil tornou-se independente não

tinha nenhuma universidade. Não por falta de projetos, mas por questões exclusivamente políticas.

De acordo com Cunha (2000, p.153) “nem com a chegada da família real no Brasil em 1808 essa resistência foi superada, ao invés de universidades a Coroa instituiu estabelecimentos de ensino superior de medicina, direito e engenharia”. Com a preocupação apenas de defender e administrar o país, reconhecendo apenas como relevante o desenvolvimento do ensino fundamental e o incentivo à fundação de escolas técnicas e científicas. Apenas em 1911 instituíram a liberdade de ensino, nascendo, mais adiante, as Universidades Estaduais e, logo em seguida, as Federais.

Segundo Silva (2011), nem sempre o dispositivo utilizado para se ter acesso ao ensino superior foi o vestibular. Antes do surgimento desse instrumento, para os alunos ingressarem em uma universidade apenas era preciso fazer um exame para detectar o seu desenvolvimento com relação aos conhecimentos gerais de acordo com o que estariam interessados em cursar.

Com a expansão do ensino médio, houve um aumento considerável na procura do ensino superior. Dessa forma, as vagas oferecidas pela universidade não estavam suprimindo as necessidades dos jovens devido à demanda dos alunos que almejavam ter acesso ao ensino superior. Por esse motivo, criou-se o concurso vestibular.

Mesmo com o concurso vestibular as vagas eram muito limitadas, muitos estudantes conseguiam passar no vestibular e atingir a nota de classificação, mas não conseguiam ingressar na universidade por falta de vagas. Essa defasagem acarretou a “Crise dos Excedentes” em 1968 e diante de tal descaso muitos alunos foram às ruas reivindicar mais vagas nas universidades públicas, pois o ensino público não estava conseguindo integrar os alunos aprovados nos vestibulares. Diante desse cenário, mesmo o governo militar implantando leis rígidas e revelando um domínio autoritário perante a sociedade, nos quais os termos educacionais fundamentaram-se pela repressão e uma educação voltada para o tecnicismo. Ainda assim, o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior, que procedeu na Reforma Universitária, através da Lei n.º 5 540, de 28 de novembro de 1968. Segundo Martins (2009, p.16), os ideais da Reforma Universitária foram:

[...] modernizar uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime

departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal.

No entanto, os ideais da Reforma Universitária proposta pelo governo não foram os mesmos ideais que alunos e professores discutiam e almejavam. Segundo Piletti (2008, p.118), estes lutavam por uma ampliação da universidade em todos os aspectos, oferecendo mais vagas nas universidades, aumento do quadro do corpo docente e mais recursos destinados às verbas da universidade que pudessem possibilitar a criação de cursos básicos para integração de toda a universidade. Com o intuito de promover o acesso ao ensino superior pública e de qualidade para todos.

A Reforma Universitária por um lado propôs melhorias no ensino superior público, porém, por outro, desencadeou o surgimento do ensino superior privado, pois as Universidades Federais não conseguiram ampliar adequadamente suas matrículas para atender a necessidade de acesso a todos aqueles que almejavam. Com isso, houve uma forte privatização nesse nível de ensino, ampliando as instituições e aumentando o número de cursos oferecidos pela rede privada, expandindo-se por todas as regiões do país. No entanto, segundo Zago (2006, p.228), “essa expansão pouco contribui com os alunos de camadas populares, já que estes dependiam exclusivamente do ensino superior público”. As instituições privadas não tinha nenhuma preocupação com a qualidade do ensino, mas sim em transmitir conhecimentos adequados para o sujeito atuar profissionalmente. Não existia nenhum incentivo no campo da pesquisa científica, esse ensino pouco contribuiu para a formação de seres críticos que pudessem cooperar na construção de uma sociedade melhor.

Atualmente, para ter acesso ao ensino superior o aluno precisa prestar vestibular ou submeter-se ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e utilizado para a seleção de alunos em muitas universidades, tanto públicas, como privadas no Brasil. Segundo Silva (2011, p.17): “O vestibular não é uma instituição universitária, embora seu conteúdo seja universitário: é uma instituição social”. Partindo dessa premissa, o vestibular não tem como intuito verificar o processo de ensino aprendizagem dos educandos, mas sim fazer uma seleção entre quem tem aptidão ou não de ingressar em uma universidade. Como os alunos investigados nessa pesquisa são estudantes do curso de Direito, faz-se necessário apresentar uma breve reflexão acerca da conjuntura que envolve o surgimento do referido curso no Brasil.

1.2. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO CURSO DE DIREITO NO BRASIL

Segundo Silva (2000), as primeiras faculdades de Direito surgiram no Brasil a partir da lei de 11 de agosto de 1827. Essa lei tinha como intuito instalar dois centros de estudo jurídicos em nosso país, com o propósito de minimizar as dificuldades detectadas por falta de bacharéis e profissionais nessa área para atuarem como juízes e advogados. As cidades escolhidas para abrigar o curso de Direito foi Olinda, sendo depois transferido para Recife, se instalando no Mosteiro de São Bento, e em São Paulo, ficando situado no Convento de São Francisco. O interesse de criar no país instituições de ensino superior, e dentro delas o curso de Direito, partiu da elite brasileira, pois com a instalação dessas instituições aqui, os jovens da elite não precisariam ir estudar em Portugal.

De acordo com Silva (2000, p.04), “[...] os estudantes eram admitidos mediante apresentação de certidão de idade (com um mínimo de 15 anos completo) [...]. Depois de cinco anos de curso recebiam o grau de bacharéis formados”. A faculdade também tinha como finalidade desenvolver a autonomia do Estado brasileiro, além de formar uma elite intelectual, já que este espaço propiciava o encontro de jovens de diversas camadas da elite, os quais tinham que ajustar os conflitos econômicos, culturais e regionais existente entre eles e se apropriarem do conhecimento como forma de uma preparação para manter-se no poder.

No momento atual, o curso de Direito tem se expandido por todas as regiões do país, sendo oferecido por instituições públicas e privadas, ampliando assim as vagas para alunos de outras camadas sociais, tendo em vista que muitos destes têm conseguido romper as barreiras que são postas ao longo de sua trajetória escolar e inserir-se no ensino superior. O curso de Direito é muito concorrido e tem grande notoriedade diante da sociedade, por isso é considerado de elite. Mesmo assim, muitos estudantes de classe dominada desafiam o próprio “destino” e optam pelo curso. Segundo Zago (2006, p. 232) “A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e outros ‘tickets’ de entrada”. Ou seja, as condições são mais favoráveis aos alunos de classe dominante para ingressarem no curso de Direito, entretanto, muitos alunos de classe dominada sentem-se atraídos pelo curso devido ao status que o curso possibilita e a técnica e habilidade que este tem em se refazer para atender as demandas da sociedade atual. Além do bom salário que essa formação oferece.

Para que o aluno de classe dominada tenha destaque no mercado de trabalho e ocupe um cargo de prestígio não basta só adquirir os conhecimentos técnicos da profissão, torna-se

imprescindível o sujeito ter boa postura, bom comportamento, desenvolver habilidades linguísticas, ou seja, ser educado de acordo com os padrões da cultura dominante. Vale ressaltar que a conquista do diploma para muitos alunos de classe dominada, desprovidos economicamente e culturalmente, tem um grande significado, pois simboliza o processo de autonomia do sujeito e o desenvolvimento de sua capacidade técnica no campo do trabalho (Bourdieu; Boltanski, 2007). Embora muitas instituições privadas tenham mostrado pouca preocupação com a qualidade desse ensino, surgem algumas preocupações no que concerne à formação desses profissionais, ou seja, sua qualificação e também com relação à competência desses profissionais no campo do trabalho.

Uma formação de qualidade é imprescindível para que o aluno do curso de Direito se constitua um profissional capacitado e consiga desenvolver as habilidades necessárias para atuar no campo jurídico, pois quando o aluno conclui o curso de Direito (bacharel), ainda tem que se submeter a um exame de ordem para que possa exercer a profissão regularmente. O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se constitui em provas escritas de habilitação profissional. Segundo Silva (2000), os alunos que passam na OAB podem escolher vários campos de atuação, como advogado pode optar por exercer no geral ou em uma área específica em um dos cinco campos do Direito: Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Penal ou Criminal, Direito Trabalhista e Previdenciário e Direito Tributário. Diante desse contexto, fica explícito que muitos alunos de classe dominada optam por ingressar no curso de Direito em virtude da ampliação de oportunidade que este curso proporciona.

1.3 ALUNOS UNIVERSITÁRIOS DE CAMADAS POPULARES DIANTE DA DESIGUALDADE SOCIAL

Vivemos em um país de extrema desigualdade social devido à má distribuição de renda e à disparidade de oportunidades de inclusão econômica, social e educacional. Verificamos esses fatos quando observamos que em nossa sociedade existe uma menor proporção de pessoas que têm acesso a bens simbólicos como cultura, arte e educação de qualidade, enquanto que grande maioria da população tem pouco ou quase nenhum acesso a esses bens. A esse respeito, Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.123), afirmam que o Brasil é “um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de

dignidade e cidadania”. Deste modo, a desigualdade social e o sistema educacional devem ser analisados dentro do contexto da sociedade capitalista.

Bernard Charlot, em seu livro “Da relação com o saber - elementos para uma teoria” apresenta um conceito de camadas populares, contribuindo assim para uma melhor compreensão desse termo, ressaltando a perspectiva de transformação das relações de poder entre as classes sociais, conceituando-as como:

Categories sociais de populares - para designar e definir essas famílias ditas ‘populares’ e ‘desfavorecidas’. Considerarei aqui como ‘populares’ aquelas famílias que ocupam uma ‘posição dominada’ na sociedade, vivem em situações de pobreza ou precariedade, produzem uma configuração teórica e prática do mundo que traduz ao mesmo tempo sua posição dominada e os meios implementados para viver ou sobreviver nessa posição e, às vezes, transformar as relações de força” (CHARLOT, 2000, p. 11).

As camadas populares ocupam uma posição de submissão na sociedade capitalista, e com isso, segundo a teoria de Bourdieu, possui um menor patrimônio em qualquer um dos capitais, seja social, econômico, cultural ou simbólico. A classe dominada trava uma luta diária na sociedade em torno desses capitais, já que nos espaços escolares e na sociedade, a classe dominante busca manter sua posição privilegiada. A classe dominante manifesta seus bens culturais como algo próprio e superior às demais culturas existentes, impondo sua cultura como única e legítima. Bourdieu nomeia isso como uma violência simbólica. Segundo Nogueira e Nogueira (2009, p.35) “Os indivíduos que, de alguma forma, se envolvem com bens culturais considerados superiores, ganham prestígio e poder, seja no interior de um campo específico, seja na escala da sociedade como um todo”.

Diante desse cenário, o papel da educação seria de transformar e democratizar as sociedades. No entanto, não é isso que acontece, a escola acaba mantendo e privilegiando as classes dominantes e isso acarreta o fortalecimento da dominação cultural. A cultura da classe dominante é tão forte que até na construção de amizades tem influenciado, pois os sujeitos procuram se envolver com as pessoas que possuem o mesmo capital cultural que o seu como gostos, hábitos e costumes. Como consequência, esse processo acaba reforçando a dominação social a partir do momento que limita a mobilidade social dos indivíduos.

Segundo Nogueira e Nogueira (2009), o capital econômico se revela a partir dos bens econômicos (dinheiro, bens materiais e etc.) que um indivíduo tem ou adquire ao longo de sua vida. No entanto, esse tipo de capital pode ser adquirido, por exemplo, se um indivíduo de classe dominada conseguir muito dinheiro. Ele adquire esse capital e ainda assim isso não garante a sua aceitação por parte da classe dominante da sociedade que mantêm-se no poder,

pois mesmo o indivíduo adquirindo dinheiro, vai lhe faltar os hábitos, costumes e posturas que a classe dominante privilegia. Vale ressaltar que outros tipos de capitais, como o social e cultural, influenciam diretamente e interagem com o capital econômico. Por conseguinte, o capital social está vinculado às relações sociais que os indivíduos estabelecem na sociedade e como estas se manifestam com relação ao capital cultural e econômico desses sujeitos.

Os indivíduos que possuem um capital social reconhecido pelo grupo são os que ocupam posições de destaque, enquanto que os que têm um capital social menor ocupam posições menos prestigiadas nesse grupo. A quantidade de capital social que um indivíduo tem depende do seu quadro de amigos e a dimensão das diferentes formas de capital que essas amizades estão associadas. No entanto, tem muitos indivíduos que se relacionam com pessoas que tem posses para tirarem proveito, para adquirirem bens materiais, visibilidade social e também conseguir destaque no campo do trabalho. Já o capital simbólico está associado à boa reputação que um indivíduo possui em um determinado grupo ou na sociedade como um todo, ou seja, como este indivíduo é notado pelo outro. Esse capital se apresenta transformado nas outras formas de poder: econômico, cultural, social. O capital simbólico pode ser adquirido ou o sujeito pode nascer com esse capital, como nos casos em que pertence a uma família que tem o nome socialmente conhecido, podendo ter esse capital e não necessariamente ter os outros, como o econômico, social e cultural. O espaço social se mostra como algo dinâmico e neste, segundo Nogueira e Nogueira (2009, p. 47), “os indivíduos estariam constantemente em disputa, buscando manter ou elevar sua posição nas hierarquias sociais”.

Na sociedade capitalista todos esses capitais se manifestam estabelecendo diferentes formas de poder no meio social. Segundo Meksenas (2007), o capitalismo surgiu no século XVIII com a Revolução Industrial. Esse modo de produção foi o responsável pelo desenvolvimento e avanço das máquinas, dando origem a relação entre o capital e o trabalho. Os poucos proprietários dos meios de produção eram formados pela classe empresarial (burguesia), enquanto que a grande maioria das pessoas não proprietárias era formada pela classe trabalhadora (proletariado), estes, por sua vez, trocavam sua força de trabalho por salário para manter-se vivo, caracterizando-se como os principais representantes desta organização. A partir desse novo tipo de produção surge a necessidade de uma educação escolar para esses trabalhadores, pois para realizar o trabalho nas indústrias a exigência era maior, precisava-se de profissionais competentes capazes de atuar na indústria capitalista e conduzir as máquinas (Romanelli, 2001).

Vale ressaltar que até então a educação era privilégio apenas da classe dominante, a qual estava representada em sua grande maioria pela subclasse empresarial, isto é, só tinha acesso ao conhecimento aqueles que não tinham a necessidade de produzir para manter-se vivo, pois os demais aprendiam com a prática no decorrer do trabalho. Nesse sentido, fica explícito que os homens são diferenciados de acordo com o pertencimento a classes sociais. Ou seja, ao longo da história da humanidade existiram e ainda existem relações de dominação entre uma classe sobre a outra, acarretando a luta de classe, que se configura como um confronto dessas classes antagônicas, as quais uma classe domina e outra, conseqüentemente, é dominada. Assim, a exploração vai se perpetuando. Na maioria das vezes essa exploração é camuflada e os indivíduos acabam não tendo consciência da situação em que se encontram, porque essa realidade sempre está atrelada a uma ideologia de convencimento, persuasão.

As desigualdades se constituem nessa relação de oposição, na qual a classe burguesa mantém o poder e a dominação, dando origem a um sistema social calcado na injustiça social, enquanto que a classe trabalhadora obedece, sendo subserviente a esse processo com sua força de trabalho. Nesse sentido, uma classe produz e a outra domina, efetivando as classes operárias e burguesas. As desigualdades sociais são resultados das relações sociais, políticas, culturais e econômicas a qual fazemos parte, todos os indivíduos são participantes de uma classe social, seja na família, na escola ou em qualquer outro lugar.

Vale salientar que o sistema educacional também se encontra no centro das desigualdades. Segundo Zago (2006, p.230), “a desigualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos”. No entanto, nos últimos tempos, esse quadro tem apresentado modificações, pois muitos estudantes da classe dominada tem conseguido romper com seu “destino”, pois se antigamente nascer pobre era sinônimo de pouca escolaridade, atualmente esses alunos estão tendo mais acesso ao saber. Contudo, não basta ter acesso ao ensino superior, isso não é o suficiente para ter sucesso escolar, esses sujeitos precisam criar estratégias no decorrer de sua trajetória para driblar as dificuldades e conseguir manter-se no interior da instituição de ensino.

As desigualdades de sucesso escolar são sustentadas nas desigualdades culturais entre as diferentes classes sociais. Nesse sentido, as crianças oriundas de famílias culturalmente desfavorecidas eram excluídas das instituições de ensino e essa eliminação era aceita pela família dessas crianças, pois estas acreditavam que o acesso à escola dava-se por meio dos dons e méritos, ou seja, pelo merecimento que só as classes dominantes tinham na época, se

convencendo de que elas mesmas não queriam a escola, não pertenciam aquele ambiente, instaurando práticas de exclusão branda entre os indivíduos, que na maioria das vezes ocorria de forma camuflada e passava despercebida tanto para quem exercia esse tipo de exclusão, como para os que eram vítimas desse tipo de violência (Bourdieu; Champagne, 2007).

Com a democratização do ensino, as camadas sociais de menor poder aquisitivo, que até então eram excluídas da escola, passaram a ter o acesso à escola, mas como o ensino privilegiava as classes dominantes, os alunos da classe dominada precisavam se apropriar da cultura escolar, porque só assim teriam chances maiores de obter êxito. No entanto, se os sujeitos não procurassem se enquadrar nesses padrões estabelecidos pela escola, teriam grandes chances de serem excluídos do sistema escolar, já que grande parte das escolas reproduziam as desigualdades sociais e com isso contribuía para a reprodução da cultura das classes dominantes. Lamentavelmente, a escola ainda comete muito esse tipo de injustiça, excluem do interior da instituição os alunos de forma contínua, principalmente os da classe dominada. Isso se evidencia na seguinte afirmação de Bourdieu (S/D, apud PEREIRA, 2005).

A reprodução das desigualdades pela escola se dá no momento em que, com seu discurso igualitário, ignoram-se as diferenças e perpetuam-se as desigualdades. Tais diferenças evidenciadas na posse do capital cultural que o aluno herda de sua família. Sendo assim, a escola favorece os mais favorecidos e desfavorece os mais desfavorecidos, à medida que ignora as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Quando a escola lida com os alunos de forma igual em direitos e deveres, esta não está respeitando as particularidades dos sujeitos, pois a maioria destes é formada de acordo com a herança cultural que vem dos pais e com o ambiente em que está inserida. Parte considerável dos pais de alunos de classe dominada tem pouca escolaridade, apesar disso, o sistema educacional tem tratado esses sujeitos da mesma forma dos alunos de classe dominante que são dotados de capital cultural e social. Diante dessa disparidade os alunos de classe dominada enfrentam mais dificuldades para se inserir nesse processo do que os demais, uma vez que o capital cultural e social adquirido na família destes não é tão vasto quanto os alunos de famílias abastadas.

Segundo Charlot (2005), a questão do sucesso ou fracasso escolar não está agregada somente à bagagem cultural de origem da família do aluno. Tem relação, mas não é determinante, pois muitos alunos de classe dominada conseguem desenvolver suas habilidades e obter êxito, enquanto que outros alunos da classe dominante, mesmo com bens simbólico e cultural não conseguem obter sucesso. Dessa forma, não se pode afirmar que o

fracasso escolar está associado exclusivamente a uma posição, mas sim a uma relação que um determinado indivíduo estabelece entre o saber e a escola.

A partir de tudo que foi mencionado anteriormente, pode-se considerar que os estudantes de classe dominada não estão mais satisfeitos apenas com o diploma do Ensino Médio, pois só este não permite que os mesmos sejam inseridos no mercado de trabalho, os jovens têm buscado qualificações por meio do ensino de nível superior. Isto ocorre em razão destes perceberem que na sociedade contemporânea ter um curso superior torna-se imprescindível para que o sujeito consiga atingir os objetivos profissionais, estabilidade pessoal, ter uma boa relação social e uma carreira promissora. Foi a partir dos processos de democratização do ensino que a maioria desses jovens passou a concretizar com entusiasmo esse desejo, uma vez que houve uma ampliação no ensino, dando abertura para estes ingressarem em uma universidade pública.

1.4 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM BREVE ENSAIO ACERCA DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Analisando a conjuntura em que a sociedade brasileira encontra-se, são evidentes as modificações que têm ocorrido no campo educacional, sobretudo no que concerne à democratização do Ensino Superior. Essa democratização tem sido alvo de muitas discussões nos últimos tempos devido à forte expansão no ensino que esse processo tem possibilitado na tentativa de atender os anseios da sociedade contemporânea, incumbindo-se de estabelecer uma nova relação entre público e privado, minimizando assim a exclusão dos estudantes de menor poder aquisitivo.

Sobretudo, no que compete à implantação de propostas de políticas públicas com programas específicos que têm contribuído de forma significativa para a ampliação de vagas e para o ingresso e a permanência de estudantes de camadas populares no ensino superior público. Partindo dessa premissa, Zago (2006, p.228) afirma que “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso [...] e permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino”. Contudo, não basta só promover o acesso por meio da democratização do Ensino Superior às classes dominadas, é imprescindível oferecer mecanismos que possibilite ao estudante permanecer no interior da universidade.

Vale ressaltar que uma política de democratização só acontece efetivamente quando existe uma abertura do ensino em todos os níveis. Dentro desse contexto, o Ensino Superior

tem a cada dia adquirido proporções maiores com relação à sua importância no meio estudantil, uma vez que fazemos parte de uma sociedade globalizada que apresenta em sua estrutura um movimento acelerado e intenso no que concerne ao avanço do conhecimento e da ciência em todos os aspectos da sociedade.

Nesse sentido, ter acesso ao ensino superior significa, para muitos alunos, uma grande etapa para ser inserido no mercado de trabalho, pois esse proporciona aos sujeitos o desenvolvimento de suas competências e o aperfeiçoamento de suas habilidades, permitindo ao homem aprender a conviver com os outros pares e a executar seu trabalho de forma proativo. Atualmente, o mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais qualificados em nível de formação superior, que consigam responder a uma produção dependente do conhecimento e das novas tecnologias.

Desse modo, torna-se compreensível que a forma mais eficiente de garantir e promover que o ensino seja um meio que leve à democratização social é possibilitar o seu acesso, colocando-o ao alcance de todos. E uma das propostas para essa democratização é por meio das políticas de ações afirmativas, que também podem ser nomeadas de “política de cotas”, “reservas de vagas” ou “ações compensatórias”. Souza; Mayorga (2012, p.03) definem ações afirmativas como:

[...] políticas e práticas públicas e privadas, de caráter compulsório facultativo, que têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente atribuídas e impostas a determinados grupos sociais e, por isso, caracterizam-se como compensatórias. Podem incluir negros, indígenas, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiências e outros grupos cujos direitos sociais tenham sido desconsiderados e não reconhecidos em função do tratamento desigual dado às suas diferenças. As ações afirmativas visam à promoção da diversidade cultural e da justiça social e procuram corrigir as profundas distâncias entre negros e brancos em nossa sociedade.

Nesse contexto, as políticas compensatórias surgem como mecanismo que buscam sanar as desigualdades sociais que existe entre os sujeitos, proporcionando a inclusão destes no âmbito social. No que concerne à educação, a implantação e ampliação das ações afirmativas ainda merecem um olhar voltado para os alunos de menor poder aquisitivo, que são os mais beneficiados desses programas, por parte dos órgãos comprometidos com o ensino superior. Particularmente do Governo Federal, além dos governos estaduais e governos municipais para consolidar de fato a democratização do acesso ao ensino universitário, contribuindo para a melhoria no ingresso e assegurando uma trajetória exitosa de alunos de classe dominada no ensino superior, tanto público como privado.

Nas últimas décadas, o Governo Federal implementou programas de ações afirmativas com o intuito de facilitar o acesso aos cursos superiores ofertados em instituições públicas e

privados em todo o país. Depois de décadas de pouco investimento na educação superior, constatados nos governos de Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores, o crescimento e o reconhecimento da importância nesse nível de ensino só ocorreu nos dois mandatos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, sendo considerado um governo popular e democrático. Foram nos governos de Lula que as principais medidas para a criação de programas de incentivo ao acesso e à permanência do estudante na universidade foram adotadas, principalmente os de menor poder aquisitivo, que vislumbravam a universidade como um universo distante de sua realidade.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pelo Governo Federal em 10 de setembro de 2004, por meio da Medida Provisória nº 213, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Esse programa tem como principal finalidade conceder bolsas de estudos integral ou parcial em instituições de rede privada para estudantes de classe popular, pretos, pardos ou indígenas e os portadores de necessidades especiais. Vale ressaltar que o ProUni não é um programa que tem a pretensão apenas de inserir o aluno no ensino superior, o mesmo tem uma preocupação de como esse aluno vai manter-se no curso, a partir desse pressuposto criou-se a bolsa permanência, que oferece um auxílio financeiro de R\$ 300,00 para alunos que estudam em cursos que requer tempo e uma atenção maior, impossibilitando o aluno de conciliar trabalho e estudo.

Esse programa tem se mostrado como uma ação afirmativa que preza pela qualidade do ensino e a cada dia tem contribuído para a democratização do ensino superior no Brasil. Proporcionando aos estudantes de classe dominada, advindos de escola pública, o acesso e a permanência em uma instituição de nível superior, algo que era bem distante de sua realidade, levando-os a sonhar com um futuro melhor. Nesse sentido, Dutra (2008, p.23) afirma que “a superação de uma política afirmativa dependerá da articulação da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo em prol da eliminação das barreiras do preconceito”.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é mais um programa que surgiu com o intuito de promover a ampliação ao acesso e à permanência no ensino superior de alunos de camadas populares. Criado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação (MEC) em 24 de abril de 2007, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituído pelo Decreto nº 6.096 (MEC, 2010). Foi a partir do REUNE que o Governo Federal expandiu as medidas de reestruturação com relação à expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades

federais proporcionando maiores oportunidades aos excluídos, minimizando assim a desigualdade social.

As ações desse programa têm favorecido consideravelmente no crescimento de oportunidade com relação ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação, na ampliação de vagas em cursos noturnos e na utilização de novos recursos pedagógicos, facilitando assim, a compreensão do aluno, formando sujeitos capazes de refletir sobre a sua realidade. Contribuindo também para a melhoria do ensino superior no Brasil, buscando combater a evasão e reduzir as desigualdades sociais existente em nosso país (MEC, 2010). Vale ressaltar que o Reuni também oferece assistência aos estudantes de graduação através de uma bolsa no valor correspondente a R\$ 250,00 para auxiliar nos gastos que fazem parte do cotidiano da vida de um universitário, cooperando assim para a permanência deste indivíduo nos espaços acadêmicos.

Outra iniciativa do governo de Lula foi a ampliação e a abrangência do programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), esse é mais um programa de grande relevância no que diz respeito ao acesso e permanência de jovens brasileiros à educação superior. Esse programa foi criado em 1999 na forma da Lei 10.260/2001, pelo Ministério da Educação (MEC) que é responsável por supervisionar todas as políticas de ações afirmativas, em cooperação com a Caixa Econômica Federal encarregada de organizar e administrar os recursos financeiros do programa. O intuito do FIES é financiar cursos superiores para estudantes que estão matriculados em instituições privadas e não têm condições de custear os gastos de sua formação, preferencialmente, estudantes da classe dominada. As instituições contempladas com os recursos e os financiamentos do Fies são escolhidos depois de uma avaliação minuciosa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De acordo com o Ministério da Educação, em novembro de 2007 foi aprovada a Lei de nº 11.552 que elaborou novos critérios para a melhoria do FIES, com o propósito de facilitar o acesso aos estudantes. Algumas mudanças ocorreram para esta melhoria, tais como: um período maior de seis meses foi estabelecido para o início do pagamento, o prolongamento do prazo de amortização do contrato por duas vezes o tempo determinado pelo financiamento, a possibilidade de isentar o fiador mediante a fiança solidária, a redução das prestações e a expansão do percentual de contribuição. Diante de todas essas mudanças, ainda tem a promessa do FIES se estender aos cursos de mestrado e doutorado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC. A Residência Universitária também tem contribuído muito

com a permanência de alunos que estudam em outra cidade e que não têm condições financeiras para pagar um lugar onde ficar. A residência tem o intuito de assegurar moradia a estudantes provenientes de famílias de camadas populares em uma casa mantida pela universidade.

Diante de tudo o que foi apresentado acerca das políticas de ações afirmativas, fica visível que os programas de inclusão social e assistência estudantil como o ProUni, Reuni, Fies e a Residência Universitária tem sido de grande relevância para a vida dos estudantes brasileiros, principalmente os de camadas populares que não têm condições financeiras de custear seus estudos. Desta forma, esses programas configuram-se como importantes mecanismos para a democratização do ensino superior, possibilitando o acesso e permanência de estudantes de camadas populares neste universo. Esses programas são iniciativas do Governo Federal e têm desempenhado um papel relevante na sociedade contemporânea, pois tem contribuído na qualidade do ensino, formando sujeitos críticos, autônomos, permitindo que esse processo formativo se dê de forma contínua.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa que busca investigar, interpretar e compreender a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa a partir da proximidade entre pesquisador e pesquisados, proporcionando ao pesquisador refletir e ampliar suas concepções com relação ao assunto estudado. Na pesquisa qualitativa o pesquisador não está interessado tão somente na obtenção de dados, mas em todo o processo que resulta nesses dados. Nesse sentido, Lima (2009, p.4) afirma que na pesquisa qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Tomando como ponto de partida a abordagem qualitativa, torna-se imprescindível a pesquisa de campo, pois essa possibilita ao pesquisador uma aproximação maior com o objeto de estudo. Nesse sentido, Silva (2011) ressalta que se faz necessário que antes do pesquisador ir a campo, este se aproprie de embasamento teórico acerca do conteúdo para fundamentar e fazer uma interligação entre as falas dos pesquisados em consonância com os autores estudados, proporcionando ao pesquisador uma compreensão melhor do lugar, oferecendo subsídios para que este veja além do que está posto no ambiente e a partir dessa realidade construa e reconstrua seus conhecimentos.

O instrumento de coleta de dados adotado foi a entrevista semiestruturada, a construção do instrumento teve como parâmetro os objetivos geral e específicos propostos nesse estudo, esse tipo de instrumento possibilita ao pesquisador um contato direto com os sujeitos pesquisados. É imprescindível também que o pesquisador estabeleça um elo de confiança entre os sujeitos pesquisados, pois desta forma, o pesquisador irá contar com a sinceridade dos entrevistados. Acontece da seguinte forma: o pesquisador elabora uma relação de perguntas e aplica igualmente a todos os sujeitos que irão fazer parte da entrevista, esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador uma liberdade em formular outras questões a partir da resposta do entrevistado, e a partir das informações coletadas, realizar as análises. Antes da coleta de dados, foi realizado um estudo piloto com uma aluna do curso de Direito com a finalidade de observar e corrigir possíveis distorções com relação à clareza das perguntas.

O método de análise utilizado na pesquisa foi a Análise de Conteúdo, adotou-se essa técnica pela variedade de análise que esse instrumento possibilita ao pesquisador. Para auxiliar o pesquisador na compreensão das respostas, o material de análise deste trabalho foi

organizado por temas geradores, tais como: Influências familiares e escolares na escolha do curso; trajetória escolar: acesso e permanência na universidade; ações empreendidas pelos entrevistados para facilitar a permanência no ensino superior. Esses temas surgiram a partir de questionamentos, frases e até mesmo palavras contidas no material de análise. Optou-se por essa técnica de análise por oferecer subsídios ao pesquisador em ler e ver mais do que está exposto no discurso dos entrevistados. Segundo Bardin (1977, p.38) “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” Nesse sentido, a análise de conteúdo se apresenta como uma técnica que exige certo rigor, disciplina, paciência e disponibilidade de tempo da parte do pesquisador, além de um nível elevado de intuição, imaginação e criatividade, principalmente na descrição das temáticas de análise.

De acordo com Bardin, para efetuarmos a Análise de Conteúdo, existem três etapas básicas de instrumentalização dos dados, que são: pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A Pré-Análise é o momento em que temos o primeiro contato com o material coletado, através da transcrição das entrevistas, das leituras desse material, das observações anotadas no campo de pesquisa. E a partir dessas leituras, que a autora denomina como leitura flutuante surge as primeiras interpretações e apropriação do assunto em questão, suscitando em ideias para os possíveis temas geradores.

No segundo momento, a exploração do material ocorreu por meio de uma leitura vertical e outra horizontal, com o propósito de reorganizar e redefinir as temáticas evidenciadas na pré-análise, investigando se essas temáticas estão contemplando as discussões levantadas no material coletada em toda sua totalidade.

O último momento de análise deu-se através do tratamento dos resultados e as interpretações, nessa fase a interpretação é imprescindível, pois proporciona ao pesquisador fazer um apanhado do trabalho, sistematizando com as respostas dos sujeitos por meio da inferência. Segundo Bardin (1977, p.38), “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Na realização da pesquisa os sujeitos foram entrevistados acerca das motivações que os levaram à escolha do curso e à influência da família e da escola nessa escolha, e também como foi a trajetória escolar destes até chegar à universidade e como tem sido o processo de estudo no curso, ressaltando as suas experiências adquiridas no âmbito acadêmico. Os

entrevistados também foram indagados a respeito de como se deu o preparo para ingressar no ensino superior e quais os maiores empecilhos para um aluno de camada popular permanecer dentro de uma universidade pública em um curso elitizado.

2.1 LOCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Sousa-PB, localizada no Alto Sertão da Paraíba. Sete estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa, nos turnos diurno e noturno, foram os sujeitos investigados nessa pesquisa.

Segundo Correia (2013), o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - CCJS/UFCG, ao longo de sua história teve 03 períodos diferentes. No primeiro período, 1971 a 1979, denominada como Faculdade de Direito de Sousa — FDS, foi criada em 1º de maio de 1971, pela Lei Municipal nº 704, de 26 de abril de 1971, cabendo à Fundação Padre Ibiapina, de acordo com o convênio assinado com a Prefeitura Municipal, a implantação do curso de Direito e sua administração. Com a criação da Fundação de Ensino Superior de Sousa, desligou-se da Fundação Padre Ibiapina, a qual passou a pertencer a Faculdade de Direito, nessa nova instituição foi assegurado a continuidade da escola pública no sertão. Com a Criação da Fundação de Ensino Superior de Sousa - FADISA, instituída pela Lei Municipal nº 859, de 23 de dezembro de 1976, a Faculdade de Direito passou a ser mantida por essa instituição, pelo Decreto Municipal n.º 66 de 29 de dezembro.

O segundo período estendeu-se de 1979 a 2002. Foi encampada pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB e passou a constituir o CAMPUS VI da UFPB pela Resolução nº. 385/79, de 11 de dezembro de 1979 recebendo os servidores, os professores e os alunos da antiga Faculdade de Direito de Sousa. O curso de Direito da Faculdade de Direito de Sousa foi legalizado em 28 de abril de 1981, pela Portaria N.º 53 de 28.04.81, do Ministério da Educação e reconhecido pelo Conselho Federal de Educação através da Portaria N.º 352/83 de 12 de agosto de 1983, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de agosto de 1983. Em 2002 houve o desmembramento da UFPB e a criação da Universidade Federal de Campina Grande pela Lei 10.419 de 09 de abril de 2002, passando o Campus VI de Sousa a pertencer a UFCG, com a designação de Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Sousa. O CCJS conta atualmente com seis cursos de graduação, sendo três cursos de Direito; um curso de Ciências Contábeis; um curso de Administração e um curso de Serviço Social. A pós-graduação se faz

represente em dois cursos de especialização: um em Educação em Direitos Humanos (no formato EAD) e outro em Gestão Pública (CORREIA, 2013).

Os dados da pesquisa foram coletados na Residência Feminina da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa e no interior da própria instituição, no mês de julho do corrente ano. Marquei com os sujeitos investigados da residência feminina em um sábado, pois não teria aula e teria mais disponibilidade, tive acesso à residência através de uma indicação de uma colega que participou da entrevista, como ela é residente, me levou até a residência universitária. Chegando lá, expliquei o propósito da referida pesquisa e perguntei quem tinha interesse e disponibilidade para participar e de imediato contei com a participação de todas as meninas que estavam no ambiente naquele momento. Com um roteiro previamente elaborado, no entanto sujeito a possíveis alterações, realizei a entrevista, e como subsídio utilizei como equipamento um gravador (áudio). Segundo Matos (2002, p.62), “o resultado do trabalho será melhor auxiliado pelo uso do instrumento, diminuindo riscos de compreensão e assegurando a qualidade no material”. Posteriormente, transcrevi de maneira minuciosa para analisar as informações contidas nas respostas dos sujeitos que participaram da pesquisa.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram sete estudantes do curso de Direito. Os critérios básicos de escolha dos entrevistados foram: serem eles de classe dominada e cursarem Direito na Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa, e que estivessem em uma fase mais avançada do curso. Em um breve apanhado sobre o perfil desses sete estudantes, estes encontram-se distribuídos assim: seis do sexo feminino e um do sexo masculino; todos solteiros, dividem a vida acadêmica com o trabalho e o estágio na área do Direito. Quatro estão no sétimo período, os demais estão no terceiro, quinto, e no décimo primeiro período. Grande parte dos entrevistados é egressa de escolas públicas e de cidades do interior da Paraíba como: Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Santa Helena, Santana de Mangabeira. E das cidades do estado do Ceará: Lavras da Mangabeira e Mauriti. Parte considerável dos pais dos alunos tem pouca escolaridade e atuam em atividades de baixa remuneração. Quanto à idade, entre os sujeitos não existe uma predominância, todos são jovens, com variância de 19 a 30 anos.

Quadro com o perfil geral dos entrevistados do curso de [Direito].

Nome Fictício	Sexo	Idade	Ensino Fund. e Médio (Escola)	Moradia	Ocupação trabalho/emprego
Ana	F	19	Pública	Residência Universitária	Monitora como voluntária
Maria	F	20	Pública	Residência Universitária	Monitor remunerado
Rosa	F	20	Pública	Residência Universitária	Estágio Remunerado
João	M	23	Pública/Particular	Cajazeiras	Concursado
Neide	F	24	Pública/Particular	Cajazeiras	Não trabalha
Lara	F	27	Pública	Residência Universitária	Estágio Remunerado
Marta	F	30	Pública	Residência Universitária	Não trabalha

No quadro acima podemos observar alguns dados dos sujeitos entrevistados: a predominância do sexo feminino e a de egresso de escola pública, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio. Evidencia-se também a quantidade de jovens que moram na Residência Universitária feminina na cidade de Sousa-PB e a ocupação desses no campo do trabalho.

No que se refere à escolaridade dos pais dos alunos entrevistados, 4 pais são analfabetos, 2 tem o fundamental I incompleto e 1 tem o Ensino Médio completo, com relação às mães, 1 é analfabeta, 2 tem o fundamental I incompleto, 3 tem o Ensino médio completo e 1 é formada em Pedagogia. De acordo com os dados apresentados fica evidente a pouca escolaridade dos pais, no entanto, as mães apresentam dados mais otimistas com relação ao prolongamento da escolaridade. Quanto à ocupação dos pais, esses desempenham atividades como agricultor, comerciante, pedreiro, etc. Entre as mães destacam-se as atividades do lar, agricultora, professora.

CAPÍTULO III

QUADRO DE ANÁLISE

LUTAS E CONQUISTAS DE ESTUDANTES DE CAMADAS POPULARES NO CURSO DE DIREITO/CCJS/UFCG

Neste tópico analisamos o conteúdo disposto nas entrevistas coletadas junto aos sujeitos desta pesquisa, isto é, os estudantes de classe dominada que acessaram e frequentam curso superior reconhecido socialmente como curso destinado às elites. No caso específico dessa pesquisa, considerando nossas condições mais favoráveis para a sua realização, entre os cursos considerados de elite ministrados em universidade pública na região do alto sertão da Paraíba. O curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, foi escolhido por ser localizado na cidade de Sousa, local de moradia da pesquisadora, fato esse que foi pensado como facilitador do acesso aos sujeitos pesquisados.

Para proceder tais análises, à medida em que optamos para tratar, processar e analisar os dados na perspectiva da Análise de Conteúdo, respaldando-nos nas referências de Laurence Bardin, após a coleta de dados e a transcrição das entrevistas, foi feita uma primeira leitura geral e espontânea, ou seja, a leitura assistemática, que Bardin chama de leitura de pré-análise. A partir de então, fizemos uma leitura vertical de cada entrevista, visando a análise de enunciação. Em seguida, fizemos a leitura conjunta das entrevistas, leitura horizontal, destacando os temas evocados pelos sujeitos, considerando, de um lado a sua frequência, e de outro, a sua relevância para o objeto e os objetivos de estudo dessa pesquisa.

Os dados coletados nos apontam, sobremaneira, as dificuldades enfrentadas por parte desses sujeitos referentes ao valor financeiro elevado do material de estudo requerido pelo curso e às dificuldades relacionadas ao acesso ao curso. Apesar disso, a grande maioria dos sujeitos entrevistados, ao ingressar no curso de Direito, busca adotar estratégias para driblar essas dificuldades e viabilizar sua permanência nesse universo, através do apoio financeiro e moral da família. Alguns contam com a ajuda de programas ou projeto institucional, outros participam de bolsas de estágio que são promovidas no interior da universidade, e com isso tem conseguido incentivo para driblar essas dificuldades, principalmente as financeiras, e manter-se no curso.

3.1 INFLUÊNCIAS FAMILIARES E ESCOLARES NA ESCOLHA DO CURSO

Ao concluir o Ensino Médio, vem a fase mais difícil da vida de um aluno que pretende prosseguir nos estudos, que é escolher o que vai fazer da sua vida profissional e qual a carreira que pretende seguir, pois para muitos, entre a decisão de prestar vestibular/ENEM e o momento da inscrição, e caso seja aprovado, a matrícula no curso escolhido, há um caminho a ser percorrido, permeado por muitos dilemas. Essa escolha pode ser influenciada por muitos fatores, tais como: a intervenção da família, a sua vida escolar, a sua condição social, a conjuntura econômica e, sobretudo, a sua realização pessoal, pois para esses, na sua maioria, precisam se identificar com o curso para sentir-se inserido no campo de atuação. Os entrevistados dessa pesquisa apresentam histórias de vida diferentes, mas em um mesmo cenário social, cada um com suas particularidades, dificuldades, alegrias e tristezas. O que há em comum entre grande parte dos entrevistados é o desejo de concluir o curso e manter-se no mercado de trabalho, e com isso realizar-se profissionalmente e obter melhorias financeiras para si e para a sua família.

Nesse caso específico, a trajetória escolar dos entrevistados teve algumas influências, é o que afirma a entrevistada Maria: “[...] escolhi o curso também por ter me espelhado em meu padrinho que é advogado”. Ou seja, respaldada em uma referência positiva, que foi seu padrinho, e pela admiração que Maria tinha pela profissão através da atuação deste, escolheu o curso de Direito. Vale ressaltar que não foi tão somente a influência que fez a estudante dar continuidade a seus estudos, mas também o desejo e os esforços mobilizados por ela para fazer um curso superior.

O processo que antecede a opção do curso não é uma escolha fácil, a trajetória sócioescolar tem uma carga considerável na escolha dessa decisão, principalmente em um curso considerado de elite e que as vagas são muito concorridas, como é o caso do curso de Direito. Isso porque ingressar em uma instituição pública, em um curso com forte concorrência no processo seletivo não é uma etapa fácil e tranquila para alunos de classe dominada, e na maioria das vezes não é vivenciado apenas no imediato, pois é construído ao longo da escolaridade do sujeito. Sobre tal situação, um dos sujeitos pesquisados, Rosa, relata: “[...] por isso tive enorme dúvida se passaria ou não, por ser um curso concorrido e eu ser pobre”. Nesse sentido, a condição de ser pobre causou certa insegurança com relação às reais chances de ingresso na universidade em um curso de exacerbada concorrência. Desse modo, ficam explícitos os esforços e as estratégias que esses sujeitos precisam desenvolver no

decorrer do curso para neste permanecerem e concluí-lo com êxito, ou seja, tendo apreendido os conhecimentos e habilidades oferecidas pelo curso e necessários para o seu exercício profissional.

No que concerne à escolha do curso, a grande maioria dos alunos entrevistados respondeu que a escolha pelo curso de Direito surgiu a partir de algo positivo, pois este era um sonho de infância. O sonho, nesse contexto, representa uma idealização, sendo suscitado por vários fatores, isto é, na maioria das vezes são elementos calcados em uma perspectiva nobre, remetendo-se a uma carreira promissora. Neste caso, significa fazer parte do universo acadêmico, ter um diploma de curso superior, e com isso adquirir notoriedade perante a sociedade, ou seja, status social, decorrente da valorização da profissão e dos rendimentos financeiros que a carreira de profissional do direito pode propiciar. Vale ressaltar que o ensino superior pode possibilitar um bom emprego, não somente no que compete a uma boa remuneração, mas principalmente, em uma perspectiva identitária, e desse modo, o sujeito consiga provar para si mesmo e para os outros que seu potencial vai além de sua condição social.

Todavia, nem sempre é assim que acontece a escolha do curso. Na contracorrente dessa situação, temos o caso de João. Este, em relação à pergunta sobre a escolha do curso, respondeu se diferenciando dos demais, pois conforme a sua fala, citada abaixo, a escolha do curso partiu de um ponto negativo, a doença, embora essa tenha suscitado preocupações e intenções nobres.

Primeiramente, a escolha do curso de Direito veio em face de alguns problemas de saúde e também para que eu pudesse ter subsídio para atuar em movimentos sociais, e poder trabalhar na defesa de direitos relacionados ao diabético. Isso que me levou também para essa área, que é uma área que eu considero de destaque onde a gente pode também auxiliar e contribuir com o outro.

No caso do entrevistado acima, de início a escolha do curso surgiu a partir de uma necessidade pessoal, devido a um problema de saúde, e foi com a formação no curso de Direito que João viu a possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades para lidar com essa situação. Tal fato resultou em virtude de os medicamentos e o tratamento de seu problema de saúde serem caros, e como ele pertence a classe dominada, tem encontrado dificuldades para custear o tratamento. Ele encontrou nesse curso superior a oportunidade de inteirar-se, perante a lei, dos direitos do sujeito que sofre de diabetes e lutar pela assistência necessária que o governo poderia oferecer a si e aos outros. Nessa perspectiva, o curso se apresenta em sua vida como um meio que ele encontrou de prestar serviços para a sociedade,

ajudar o próximo, principalmente as pessoas de menor poder aquisitivo, que assim como ele tem um quadro de saúde frágil e necessita de cuidados especiais.

A influência da família também se faz marcante na trajetória de todos os estudantes entrevistados, é na família que os alunos encontram suporte para vencer as adversidades postas no decorrer do processo de ingresso e permanência no curso, dando-lhes apoio financeiro, moral e afetivo. É o que Marta destaca em sua fala: “[...] Minha família influenciou muito, me apoiou. Deu força”. Com relação ao apoio financeiro Neide uma aluna entrevistada relata que: “[...] para permanecer na universidade eu precisei do apoio financeiro dos meus pais”. Percebe-se que os alunos sentem necessidade do incentivo de pessoas de referência em sua vida, para que com isso possam acreditar em si mesmo, sentir-se motivados.

Desse modo, o apoio incondicional da família e a força de vontade de cada um desses sujeitos foram imprescindíveis para que esses ingressassem no curso referido e continuassem os seus estudos. Podemos compreender essa situação a partir do que Bourdieu categorizou como capital cultural familiar. Nesse sentido, segundo Nogueira e Nogueira (2009, p.53), é importante que a família desenvolva “[...] um componente específico do capital cultural, constituído pelo capital de informações sobre a estrutura e os modos de funcionamento do sistema de ensino”. A partir da fala dos entrevistados e do que afirmam Nogueira e Nogueira, entendemos que esses conhecimentos são primordiais para que os pais criem mecanismos que possam orientar e colaborar de forma coerente a trajetória escolar dos filhos, principalmente nos momentos mais difíceis como a escolha do curso. Às dificuldades que permeiam a permanência e a conclusão do curso, pois como falou a estudante do curso de Direito Ana: “minha família é a base para eu continuar aqui”.

Como uma forma de ajudar os filhos, de inspirar, colaborar e de apoiar, muitos pais chegam mesmo a ter uma ação um tanto coercitiva, um tanto autoritária na escolha da profissão dos seus filhos. Este é o caso da estudante Maria que fala da condição que seu pai lhe colocou para fazer um curso superior. Nesse caso, a forma como o pai demonstra seu desejo com relação à escolha de um curso de status para sua filha aparece de forma explícita. Diferentemente da postura adotada pela mãe que coloca na frente a realização pessoal e a felicidades dos seus filhos. Na maioria das vezes, as mães têm elementos mais nobres para orientar. Talvez isso possa ser explicado por conta do machismo que ainda reina em nossa sociedade do pai patriarcal, autoritário, mandante. É possível compreendermos isso na fala da estudante do curso de Direito que afirma o seguinte:

Pai e Mãe, minha família influenciou. Mãe com todo apoio dela, que mesmo com todas as dificuldades ela sempre incentivou a estudar e correr atrás do que a gente queria. E para ingressar exatamente nesse curso foi pai, ele não queria que eu cursasse nada diferente de Direito, Medicina ou Engenharia, eu não iria ter o apoio dele se fosse outro curso.

Vale destacar um ponto interessante no depoimento acima, que é o posicionamento de um pai com relação à escolha do curso de sua filha. Maria é uma aluna pertencente a classe dominada e só contaria com o apoio financeiro de seu pai se fizesse um curso de renome, considerado de elite, ou seja, seu pai teve uma influência marcante na escolha do curso de Direito em sua vida. Além de ser um curso valorizado social e economicamente, o pai de Maria enxergava no curso a possibilidade de ascensão profissional, juntamente com um bom retorno financeiro. Contudo, pode-se constatar a força de vontade que move esses alunos a ingressar no curso desejado.

Dos sete alunos do curso de Direito entrevistados nessa pesquisa, quase a totalidade desses afirmaram que a escola teve influência, principalmente das escolas de Ensino Médio é o que enfatiza a entrevistada Ana: “A referência maior que tenho é a escola de Ensino Médio, meus professores me ajudaram muito”. No entanto, dois dos sete alunos entrevistados apresentaram opiniões diferentes da maioria, um dos sujeitos entrevistados, Rosa, diz que: “[...] As escolas que eu passei não influenciaram muito, porque não estimulava”. A partir da fala dos sujeitos, é possível compreendermos que estes consideram uma escola de boa qualidade aquela que o professor ensina todos os conteúdos, estimula, apoia, e principalmente, prepara-os para o vestibular/Enem. Dentro dessa perspectiva o grande desafio posto à escola na contemporaneidade é fazer com que todos esses alunos aprendam, mesmo que em processos diferentes, e se apropriem desses saberes para desenvolver suas habilidades e prosseguirem os seus estudos.

3.2. TRAJETÓRIA ESCOLAR: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

A grande maioria dos estudantes entrevistados cursou a Educação Básica em escolas públicas. Na fala dos sujeitos aparecem fortemente críticas com relação à precária qualidade do ensino Fundamental I e II que estes tiveram, essas são as primeiras recordações dos alunos entrevistados sobre a vida escolar antes de chegar à universidade. Os estudantes do curso de Direito também acrescentam em suas falas que por não ser considerado de qualidade o ensino Fundamental, comprometeu um pouco o ingresso do Ensino Médio, pois não podemos deixar

de levar em consideração que a educação ocorre de modo processual. Ou seja, os saberes do ensino fundamental são imprescindíveis para que os sujeitos consigam desenvolver suas habilidades e passar para um plano superior nos seus estudos.

Mesmo com as dificuldades mencionadas pelos alunos devido ao ensino precário, eles têm bons resultados escolares, haja vista que dos sete entrevistados, nenhum nunca foi reprovado. No entanto, por serem alunos de escola pública, a maioria dos sujeitos entrevistados passou por alguns desafios devido às lacunas existentes em sua formação escolar. Podemos constatar esse aspecto na fala de Ana, uma das alunas entrevistadas quando esta afirma que: “[...] Você que vem de escola pública, o esforço maior tem que ser seu”. Isso porque segundo Marta, outra entrevistada, na escola pública pela qual passou, “[...] Muitos professores não tinham compromisso com os alunos, trabalhavam os conteúdos só pela metade e escolhiam os mais fáceis”.

Diante da fala das entrevistadas é possível compreendermos como estas ressaltam o esforço empreendido pelos próprios sujeitos para conseguir êxito no prolongamento dos estudos e a importância do ofício do educador como mediador do conhecimento. Contudo, não podemos deixar de considerar que essa é uma realidade das escolas as quais as entrevistadas passaram, mas que não atinge todas as escolas públicas, pois em muitas instituições de ensino ainda podemos constatar a presença de professores excelentes, que desempenham suas funções com afinco e dedicação.

Todavia, ser aluno de escola pública ainda tem mais um ponto considerado desfavorável, que diz respeito à visibilidade que a escola pública tem diante da sociedade, sendo esta vista como um lugar de pessoas que não tem condições financeiras de custear um ensino particular. Ou seja, lugar de gente pobre, já que o ensino particular em sua grande maioria é considerado um espaço ocupado pela grande parte da elite. Com relação às críticas atribuídas ao ensino Fundamental I e II, podemos analisar o relato da aluna Maria, uma das entrevistadas:

O ensino fundamental, eu acho que até hoje a escola continua ruim. É uma escola municipal, não tem investimento nenhum. Os professores, a maioria, eu acho, são frustrados, sabe? Com a política e acaba transmitindo isso para as aulas. Eles acabam não dando aula boa, porque o próximo prefeito pode tirá-lo da escola e passar para outra. E os que estão lá muito tempo, esses é que não dão aula nenhuma, vão lá só por ir, porque todos já são frustrados com esse sistema. É péssima a escola de ensino fundamental.

A partir da fala da aluna entrevistada acima, podemos compreender que a princípio a educação pública está fundamentada nos sistemas municipais, pois são os órgãos

administrativos de uma prefeitura que são os responsáveis por contratar o quadro de funcionários da instituição, por remunerar e capacitar a sua equipe de trabalho. Principalmente os professores, para que estes possam proporcionar em sua sala de aula um ensino-aprendizagem de qualidade. No relato da aluna entrevistada fica evidente a ausência da responsabilidade e assistencialismo desse poder para com a escola mencionada. No entanto, essa realidade não é tão somente dessa escola, já que atualmente, em algumas cidades de menor porte, o que mais observa-se são prefeitos aproveitando-se do poder para se promover, e, de certa forma, essas atitudes acabam desvalorizando a educação.

Dessa forma, é preciso investir na melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas, e para que isso se efetive, torna-se primordial o interesse das políticas públicas de propor projetos para avançarmos no campo educacional e até mesmo na qualidade dos funcionários da instituição. Pois, ao invés do administrador realizar um concurso público para escolher seus funcionários, contratam pessoas por apadrinhamento, como forma de permanecer no cargo de destaque, sem ao menos se preocupar com a qualificação desses profissionais. Potencialmente, esse é um dos motivos pelo qual os professores que fazem parte dessas escolas acabam se sentindo cada vez mais impotentes, desvalorizados, desinteressados diante desse círculo vicioso que o sistema tem se tornado. Lamentavelmente, a educação ainda não apresenta-se como prioridade em nosso país, ficando à mercê de todos esses problemas elencados acima.

Com relação à qualidade do Ensino Médio, quase a totalidade dos sujeitos afirmaram ter sido um pouco melhor do que o ensino fundamental. Estes também enfatizaram que existem algumas escolas públicas que ofertam o Ensino Médio de melhor qualidade, é o que relata a entrevistada Ana:

A referência maior que tenho é a escola de Ensino Médio, os meus professores que sempre estiveram presentes, sempre ajudaram no que era possível e que tinham uma competência, assim, incrível. Eles realmente estavam ali para nos ensinar e a gente aprendeu muito. Eu aprendi tanto os conteúdos acadêmicos, como aprendi muito em relação à vida. O que eu mais agradeço ao IFPB não é nem o que eles passaram para mim que estava guardado nos livros, mas o amadurecimento que eu ganhei lá.

Através desse depoimento pode-se constatar a admiração e gratidão que essa entrevistada tem pelos seus mestres e a escola de Ensino Médio quando esta retrata com entusiasmo o apoio que recebeu desses profissionais e o quanto que estes foram importantes no processo de construção do saber e, por conseguinte, no seu ingresso na Universidade. Nesse sentido, é possível observarmos que os educadores são responsáveis por fomentar nos

seus alunos o desejo de aprender, não só os conteúdos acadêmicos, mas também na preparação para a vida. Isso acontece quando estes propõem em suas salas de aula problematizações acerca de questões que estão postas dentro e fora da escola, questões que levam os alunos a refletirem como cidadãos, formando sujeitos autônomos e conscientes da realidade.

A maioria dos alunos entrevistados enfatizou que foi a partir da entrada destes no Ensino Médio que passaram a almejar com afincos o projeto de ingressar no ensino superior, essa questão aparece fortemente na fala de Rosa, uma de nossas entrevistadas, quando esta ressalta que: “[...] foi principalmente os anos do Ensino Médio que me despertaram bastante para a vida, no sentido de que eu tinha que começar a me preparar para prestar vestibular”. A partir da fala da entrevistada é possível compreendermos que a continuidade dos estudos não foi um processo simples e tão pouco natural para os alunos que fizeram parte dessa pesquisa se considerarmos que o projeto de entrar na Universidade só veio tomar forma no Ensino Médio, muitos acreditavam que a universidade era um universo muito distante de sua realidade. Para a grande parte dos alunos entrevistados faltaram incentivos por parte da instituição de ensino e também informações sobre o vestibular e a formação universitária.

No que concerne à qualidade do ensino público e privado, a estudante do curso de Direito, Neide, argumenta que: “[...] o meu 3º ano na escola pública foi incomparavelmente superior ao meu ensino da escola privada. Mesmo eu estudando em escolas públicas, eram escolas de qualidade”. De acordo com o depoimento da aluna, essa afirmação nos surpreende pelo fato de termos concepções generalizadas com relação à qualidade das escolas privadas, comparando – as com as escolas públicas, pois acreditamos que o que é pago é melhor do que o que é gratuito.

Vale salientar também a questão de como os resultados são colocados em evidência nas escolas privadas, principalmente no que se refere a aprovações no vestibular/ENEM. Os resultados das escolas particulares apresentam-se em maior proporção e em números mais elevados, pois partem de um nível de aprendizagem mais alto, porque atende alunos da classe dominante, que tem acesso a bens simbólicos, cultura, um vasto repertório de conhecimentos, sem falar que ainda tem auxílio fora da escola. Enquanto que os alunos que a escola pública recebe são alunos de baixo poder aquisitivo, os quais as oportunidades são mais limitadas, consequentemente apresentando resultados menores. Em vista disso, a escola pública não pode ser rotulada de pior que a privada.

Outra questão levantada foi quanto ao processo de estudo na educação básica dos entrevistados, as respostas a essa pergunta vão em concepções contrárias. De um lado a grande maioria coloca que foram bons alunos, como diz a entrevistada Ana: “eu sempre fui uma boa aluna, os professores sempre gostavam de mim, porque eu nunca gostei de confusão nem nada do tipo, não dava trabalho, e sempre fui muito esforçada”. Por outro lado, Lara, uma das estudantes de Direito entrevistada, afirma ao contrário quando diz que: “[...] eu não era uma boa aluna, uma nerd, eu era mais danada, sentava na última cadeira, era bagunceira. Tipo, eu não tinha caderno. Basicamente, eu só fazia as provas”. É possível compreendermos que há uma total oposição entre as duas respostas, pois como destaca Zago (2006), cada aluno é um ser único, com suas particularidades e dificuldades, e apresentam ritmos de estudos diferentes, por isso que o processo de aprendizagem não acontece igualmente entre todos.

A aluna se considera boa não é nem pelo seu desenvolvimento acadêmico, mas sim por algumas atitudes que ela apresenta, que de certa forma contribuem para o desenvolvimento da construção do seu conhecimento, tais como: ter um bom comportamento, prestar atenção nas aulas, ser interessada pelos conteúdos. Já o depoimento da segunda aluna surge para quebrar todo o protótipo estabelecido pela instituição de ensino, pois no ponto de vista da escola, uma aluna que apresenta essas características teria poucas chances de prolongar os seus estudos e ingressar em uma Universidade pública fazendo um curso de status, como o curso de Direito.

Mesmo a grande maioria dos alunos obtendo êxito na educação básica, nos depoimentos dos entrevistados aparece fortemente as dificuldades que estes enfrentaram em relação ao ingresso no ensino superior devido algumas lacunas e a falta de qualidade na educação básica das escolas públicas que estes sujeitos passaram. São estudantes pertencentes às classes dominadas, egressos de escola pública, que com muita luta conseguiram ingressar e permanecer em um curso considerado de elite em uma Universidade pública. Contudo, a permanência, desde o princípio, foi uma grande preocupação para parte considerável desses sujeitos devido suas condições financeiras, que eram bem limitadas, já que o curso de Direito era considerado caro pela grande maioria dos entrevistados. No entanto, estes adotaram algumas estratégias e superaram as dificuldades no âmbito universitário.

Vale ressaltar que dois, dos sete entrevistados, com o intuito de preencher as lacunas da formação básica, ingressaram em um cursinho pré-vestibular oferecido pelo governo da Paraíba, os quais são nomeados como: Pré-Vestibular Social do Governo do Estado da Paraíba (PBVEST) e Pré-vestibular solidário (PVS). Foi a partir desse mecanismo adotado

por esses dois sujeitos que estes viram a oportunidade de ingressar em uma Universidade pública fazendo o curso que eles sempre desejaram. A partir do relato de Rosa, uma de nossas entrevistadas, podemos ver a contribuição do cursinho nessa conquista. “[...] era só nos finais de semana, mas eu tinha que me deslocar da minha cidade para uma cidade vizinha, Itaporanga, e acho que foi muito legal toda essa experiência, tudo muito interessante”.

A partir desse depoimento podemos perceber o interesse que os sujeitos tiveram em pesquisar programas que aprimorassem seus conhecimentos e aumentassem suas chances de ingresso no ensino superior, e um desses programas foi o cursinho pré-vestibular oferecido pelo governo do Estado. Não poderia ser qualquer cursinho, teria que ser um gratuito, já que estes pertencem às classes dominadas e não teriam condições de financiar um cursinho particular. Mesmo o cursinho sendo oferecido apenas em cidades vizinhas, estes não desistiram de matricular-se. O cursinho pré-vestibular é uma formação complementar e foi de grande relevância para os sujeitos entrevistados, pois aumentou seu nível de confiança e preparou-os melhor para ingressar em uma Universidade pública, já que esta normalmente apresenta um processo seletivo mais difícil por ser muito concorrido. Vale ressaltar que no cursinho o aluno tem acesso a informações que muitas vezes não são trabalhadas em salas de aula.

Apesar dos estudantes entrevistados passarem por todas as dificuldades já mencionadas anteriormente, a entrada na universidade representou uma grande vitória para todos os estudantes que participaram dessa pesquisa. O ingresso no curso de Direito dos sete entrevistados deu-se por meio do Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM. No entanto, dos sete entrevistados, dois ingressaram no curso de Direito através de reopção de curso. É o que relata João um de nossos entrevistados: “[...] O meu ingresso no curso se deu por meio do ENEM, onde eu tentei fazer uma reopção de curso de uma graduação de licenciatura do curso de pedagogia e obtive a maior nota para poder cursar Direito”. O relato desse estudante nos leva a compreendermos que, por ser um curso de alta seletividade, os alunos pertencentes as camadas populares adotam algum tipo de estratégias para possibilitar o seu acesso em cursos mais prestigiosos. Nessa perspectiva, Zago (2006, p. 229) afirma que: “[...] considerando indicadores relacionados à origem social [...] os resultados evidenciam a forte desigualdade de acesso ao ensino superior e a seletividade fundada na hierarquia dos cursos universitários”.

Os entrevistados também foram solicitados a descrever sobre como se percebem no curso, e as respostas dessa pergunta vão em duas perspectivas diferente. De um lado, a grande maioria coloca que foi bem recebido no curso, que sua condição de sujeito de classe

dominada não significou nenhum tipo de atropelo, que foi totalmente aceito e incluído. Por outro lado, João, um dos entrevistados, colocou o contrário, para esse sujeito: “alguns alunos a gente percebe que nos trata por minoria, mas eu acho que por eu ter uma boa autoestima não me deixo levar por certos preceitos e preconceitos”.

É interessante perceber que os alunos entrevistados apresentam pontos de vista diferentes com relação a essa questão, uma vez que não podemos deixar de considerar o avanço que teve rumo à democratização da universidade nas últimas décadas. Mas isso não quer dizer que agora a universidade está aberta para todos, pois tem gente que precisa entrar em um curso de massa, que são os casos da licenciatura, e depois tentar, através desse ingresso, ser transferido para o curso de Direito. É o que relata Lara, uma de nossas entrevistadas, dizendo que: “[...] não conseguia entrar no curso de Direito por ser concorrido, foi aí que eu fui inteligente e decidi pegar o atalho para entrar com reopção de curso”. Isso demonstra que ainda é uma dificuldade o acesso.

Ao serem questionados no que diz respeito ao seu desenvolvimento no curso, a grande maioria dos entrevistados afirmaram que o seu desenvolvimento é considerado de bom a regular. No entanto, uma de nossas entrevistadas afirmou que sentiu muita dificuldade no começo do curso.

Podemos constatar essa disparidade nos relatos das estudantes do curso de Direito quando estas afirmam que:

A princípio eu achei o 1º período muito difícil, porque é muito técnico o curso e eu não conseguia acompanhar a aula. Eu tive que fazer um esforço tremendo, eu acho que eu lia muito mais do que os outros colegas para poder acompanhar a aula, eu percebia isso, só que hoje eu já percebo que é como se tivesse havido um nivelamento. (MÁRIA)

Meu desempenho acadêmico é bom. Eu não sou uma aluna exemplar, mas também não sou uma aluna que empurra com a barriga não. Eu considero que tenha adquirido um conhecimento suficiente para praticar a profissão, mas se eu lhe disser que vou sair mestre em Direito, estarei mentindo. (NEIDE)

A partir do discurso da aluna entrevistada, Maria, é possível entendermos que ela passou por essas dificuldades não só porque o curso de Direito é um curso muito técnico. Mas também pelo fato da mesma ter que passar por esse processo de transição de aluna de escola de Ensino Médio para estudante universitário sem conseguir desenvolver as habilidades necessárias exigidas pelo curso. Tendo em vista que o desenvolvimento do ensino aprendizagem da escola é completamente diferente da Universidade, as metodologias são mais rigorosas e ao mesmo tempo o indivíduo tem uma liberdade maior de expressar suas opiniões, salientando que na universidade cada estudante é responsável por si mesmo, nas

atitudes e aprendizagens. No entanto, com o desenvolvimento do curso, a aluna apropriou-se dos hábitos de estudos e conseguiu superar essas dificuldades. Já a outra estudante entrevistada relata em seu depoimento que conseguiu se adaptar e desenvolver as habilidades necessárias para o ofício de sua profissão.

Uma das questões levantadas na entrevista diz respeito ao fato destes serem de classe dominada, se isto interferiu no seu desenvolvimento acadêmico. Os alunos entrevistados foram unânimes ao responderem que este fato não foi um empecilho para desenvolverem suas habilidades no curso e obterem êxito. Isso fica explícito no relato de Lara, uma de nossas entrevistadas, que diz: “Não, porque a gente não vai competir por quem vem de classe socioeconômica mais baixa. A gente vai competir pelo CRA, vai competir pelas melhores notas, a gente vai competir pela monitoria, pelo estágio, então não há isso não de preconceito”. Com relação à mesma pergunta, Ana, outra entrevistada, afirma: “Na verdade, é uma motivação, pois a maioria dos meus colegas de classe não tiveram a mesma trajetória que eu. Tudo bem, eu entendo, eles não chegam a serem ricos, mas pelo menos eles tem as condições mínimas de estarem aqui”.

Diante dos depoimentos das alunas do curso de Direito, podemos entender que ambas compartilham da mesma concepção, por serem de classe dominada isso não se configurou como empecilho no desenvolvimento acadêmico destas. Pois quando um aluno vai competir por uma vaga de emprego, o que influencia são as habilidades e técnicas adquiridas ao longo do curso e as experiências que propiciaram o desenvolvimento dessas aptidões. Esses elementos não recaem tão somente na questão social, podem intervir em alunos de classe dominante também, haja vista que o que determina o sucesso de um aluno não é só a condição social, mas sim as práticas de estudo empreendidas por cada um destes.

Contudo, não podemos deixar de levar em consideração que alguns alunos de classe dominante dispõem de condições melhores para ingressarem no ensino superior, tais como: acesso a um vasto capital científico, tem facilidade em locomoção até a Universidade, condições de comprar material acadêmico, entre outros. Dentro dessa conjuntura, fica evidente a disparidade de acesso a esses bens que facilitam o ingresso e permanência na Universidade entre os alunos da classe dominante e os da classe dominada. No entanto, os alunos entrevistados sentiram-se motivados e vitoriosos por terem conseguido vencer as lutas efetuadas em prol do ingresso e permanência no ensino superior.

3.3 AÇÕES EMPREENDIDAS PELOS ENTREVISTADOS PARA FACILITAR A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Na realização dessa pesquisa os sujeitos foram entrevistados acerca do seu percurso de formação no decorrer da trajetória acadêmica, ressaltando as suas experiências no âmbito acadêmico e como se deu o preparo para ingressar e permanecer no ensino superior público, visto que todos os alunos entrevistados pertencem às classes dominadas. Deste modo, o acesso ao ensino superior foi uma grande conquista para todos eles. No entanto, só o acesso não basta, é preciso adotar estratégias para garantir a sua permanência na instituição de ensino e conseguir concluir o curso desejado. Uma das estratégias adotadas por parte considerável dos alunos entrevistados foi contar com ajuda de programas como suporte para custear os gastos que a universidade exige, tais como: alimentação, transporte e material acadêmico.

Foi a partir da democratização do ensino superior nas últimas décadas que as instituições desse nível de ensino passaram a ter uma atenção maior no que se refere a implantação de propostas de políticas públicas que tem a finalidade de contribuir de forma considerável para a ampliação de vagas e ingresso e permanência dos alunos, possibilitando, sobretudo, diminuir a predominância da classe dominante nesse espaço e oportunizar a permanência dos alunos de classe dominada na universidade. Entre essas ações, os alunos entrevistados dispõem do Reuni, tem assistência da Residência Universitária, além da oportunidade de participar das seleções de bolsas de monitorias e estágio, bolsas essas que são ofertados pela universidade.

Quase a totalidade dos alunos entrevistados conta com o incentivo desses programas. Cinco dos sete alunos usufruem da residência universitária feminina. Podemos ver no discurso de Marta, uma das alunas entrevistadas, quando esta afirma “[...] Foi tudo marcado por Deus, a residência que eu consegui. Se fosse para eu estar morando no Centro de Sousa, eu não teria condição, então não iria fazer o curso de Direito”. Desse modo, podemos perceber que foi a residência universitária feminina que possibilitou a permanência dessa aluna na universidade, já que está não teria condições de manter-se em uma casa alugada na cidade de Sousa.

A Residência Universitária auxilia os alunos de classe dominada egressos de escolas públicas. Todos os residentes que participaram dessa pesquisa são provenientes dos municípios vizinhos de Sousa e também de outro estado. Como a pesquisa foi realizada com parte dos estudantes residentes, tive acesso a esse espaço. Os alunos falaram muito bem da

residência da UFCG-CCJS, disseram que esta propicia uma boa estadia, uma alimentação de qualidade, todos os quartos são climatizados e tem uma sala de estudo. Além de não gastarem com transportes, já que a residência fica no interior da instituição, ter acesso ao sinal de wi-fi gratuito também é uma vantagem para os estudantes. Podemos ver essa afirmação no discurso de Ana, outra universitária beneficiada:

A Residência Universitária é uma ajuda enorme, pois eu vejo que a vida que estou levando aqui é completamente diferente da que minha família está levando. Minha família infelizmente não tem a mesma assistência que eu tenho aqui, principalmente com questão de alimentação. A alimentação deles lá é bem sôfrega em comparação a minha, eu tenho aqui uma variedade de alimentos e o acesso é muito simples, Para eles não, eles fazem um esforço enorme.

A partir do discurso da estudante é possível compreendermos que a Residência Universitária viabilizou a sua permanência no curso. No entanto, não podemos deixar de levar em consideração que mudar de uma cidade para outra não é um processo fácil, pois exige adaptação. E deixar a família para correr atrás de realizar um sonho são atitudes de pessoas corajosas e ousadas, e cinco dos sete entrevistados adotaram essa estratégia na perspectiva de com isso proporcionar um futuro melhor para si e para sua família, isso é um discurso que está presente na fala de todos os sujeitos residentes. Através da fala da estudante entrevistada, podemos perceber que as condições de sua família são bem limitadas. Ana perdeu o pai muito cedo e logo sua mãe teve que trabalhar fora de casa para não faltar nada para suas filhas. E mesmo com todo o sacrifício para Ana estudar fora da sua cidade, ela sempre dizia a sua mãe: “[...] a nossa dificuldade financeira nunca iria atrapalhar meu sonho”, mesmo ela sabendo que o curso de Direto era caro para a sua realidade de estudante pertencente à classe dominada.

Para Ana, ingressar na Universidade foi um passo muito importante, mas contar com o apoio do setor de Assistência Social foi imprescindível para assegurar sua permanência na universidade. A entrevistada ressalta a comodidade e assistência que a residência tem lhe proporcionado, são coisas que não tem em sua própria casa, pois lamentavelmente sua família passa por muitas dificuldades no campo econômico. Contudo, essas condições não são vividas somente por essa aluna, os outros residentes compartilham de situações parecidas. A residência possibilita também o entrosamento com outros sujeitos e a construção de laços de amizades, afastando o sentimento de solidão e favorecendo o sentimento de união entre todos.

Outra forma empreendida pelos alunos entrevistados é como bolsistas do Programa do Reuni e a participação em seleções de monitorias e estágios. O Reuni é um programa que oferece ajuda financeira para alunos pertencentes às classes dominadas com intuito de

subsidiar os gastos de permanência na universidade. Como relata João, um dos nossos entrevistados: “Atualmente sou bolsista do Reuni. É muito bom porque como sou de camadas populares minha condição financeira é bem limitada e o Reuni tem ajudado muito nas despesas da universidade, como a compra de materiais acadêmicos”.

A seleção de estágios e monitorias requer muito esforço e estudo por parte dos estudantes que irão participar, porque exige certo rigor e domínio dos conhecimentos específicos desenvolvidos no curso, além de ser muito concorrido, por ser uma oportunidade ímpar de adquirir experiências, contar com uma boa remuneração e aprimorar os conhecimentos. Lara, uma das alunas entrevistadas que passou na seleção da bolsa de estágio, afirma: “as bolsas são muito boas, inclusive para o curso de Direito. Um estágio em Direito você consegue ter uma bolsa acima de \$500 reais, então, dá para se manter, pagar as apostilas, transporte e todos os gastos pessoais”. Com relação à importância desses mecanismos adotados por estes alunos, um dos entrevistados diz: “A monitoria é o que me sustenta aqui”.

Uma outra questão levantada na entrevista diz respeito às dificuldades financeiras que os alunos entrevistados passaram para sobreviver no curso, não há uma homogeneidade no discurso dos sujeitos. Para a grande maioria, ou seja, cinco entre sete, passaram por dificuldades, inclusive para comprar o material acadêmico, como destaca Marta, uma de nossas entrevistadas: “[...] Tiro Xerox, porque se for para comprar, não tenho condições de estar comprando livros, porque os livros do curso de Direito são muito caros. Não é menos que \$ 100 reais”. Enquanto que outro entrevistado diz não ter tido dificuldades. Este chega a ressaltar que não considera o curso de Direito caro, o que se contrapõem ao discurso de todos os demais.

3.4 PERSPECTIVAS/ PROJETOS APÓS O FIM DO CURSO

A trajetória escolar dos alunos entrevistados até o ingresso na universidade não foi um processo simples, estes relataram que uma das etapas mais complexas desse processo tem sido agora com o fim do curso, pois como a grande parte dos entrevistados está concluindo o curso de Direito, são muitos os questionamentos com relação a sua vida profissional, tais como: o que fazer após a conclusão do curso? Tentar uma seleção de mestrado para aprimorar e adquirir experiência? Prestar concurso público? Ou seria mais adequado tentar ingressar no mercado de trabalho?

No depoimento de Marta, uma de nossas entrevistadas, é visível essa dúvida quando esta diz: “Nossa, eu vou terminar o curso e não ter o que fazer? Ainda mais é uma cobrança grande de quem tá de fora, e você explicando e eles não entendem. Os pais e tudo. A gente estudou, estudou e estudou, para voltar para casa sem nada?”.

A partir desse discurso é possível compreendermos que Marta está apreensiva e preocupada com seu futuro profissional, mesmo o curso de Direito possibilitando um vasto campo de atuação, ela ainda não sabe em que dimensão irá atuar. Além dessa indecisão em seu depoimento, aparece mais um agravante que recai sobre os estudantes ou recém-formados, que é a cobrança da família, amigos e sociedade por resultados positivos. Tem se tornado constrangedor tentar explicar para essas pessoas que não é porque o sujeito está saindo da Universidade que tem que obter êxito no primeiro concurso ou sair da universidade com um emprego garantido, pois assim como Marta, existem milhares de pessoas tentando ingressar no mercado de trabalho. No entanto, como bem sabemos, o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo na sociedade contemporânea, por isso que há uma exigência por profissionais qualificados, que estejam preparados para superar os desafios que surgem no cotidiano desses profissionais, o que acaba demandando muito mais dedicação aos estudos para quem almeja conquistar seu espaço profissional. E, sobretudo, uma luta permanente rumo ao sucesso.

Evidentemente todos os entrevistados sabem a importância de obter um diploma de curso superior, pois além de proporcionar um reconhecimento social, é também uma forma de possibilitar aos sujeitos a oportunidade de concorrer a uma vaga em um bom emprego. Vale ressaltar que a grande parte dos estudantes entrevistados busca em um curso superior a sua formação profissional, isto é, desenvolver suas habilidades e conhecer as técnicas necessárias para o exercício de sua profissão. No decorrer das entrevistas grande parte dos alunos do curso de Direito apresentou seus projetos de vida profissional e pessoal com relação à conclusão do curso, é unânime na fala dos sujeitos a questão de já terem planos traçados para seguir a carreira na área do Direito. No entanto, muitos apresentam certo receio se vão conseguir concretizar esses desejos ou não.

Quase a totalidade dos alunos entrevistados deseja, a princípio, estudar para prestar concurso público, pois segundo esses sujeitos, primeiro eles precisam arranjar um bom emprego para se estabilizar e com isso ter condições de correr atrás dos objetivos almejados. Entre os nossos entrevistados aparecem vários cargos cobiçados por estes sujeitos, tais como: Advogada, Auditora, Promotora, Funcionário concursado do Ministério Público, entre outras

funções. Isso é possível porque o curso de Direito é uma área que tem proporcionado um leque diversificado de opções. Com relação à escolha da carreira profissional a ser exercida, Maria, uma de nossas alunas entrevistada, cita em seu depoimento:

Quando eu entrei, primeiro, eu não sabia nem o que era [o Direito], queria ser advogada, igual a meu padrinho. Só que quando eu fui conhecendo o curso, aí você quer ser super herói, até Ministro vem na sua cabeça para ser, os mais altos cargos que o curso de Direito dá acesso. Só que vai chegando o final do curso, como eu já estou no 7º período, você percebe que as trajetórias para você ser alguém é bem árdua e bem difícil. Você alcançar, ter um alto cargo, assim como promotoria, um juiz, uma coisa... ter reconhecimento é difícil. Então, eu ainda não desisti de ser auditora, só que para chegar lá, como eu sou de camada popular, vou ter que advogar, porque eu não vou conseguir me sustentar por muito tempo e estudar.

A partir do discurso da entrevistada acima é possível compreendermos que no início do curso ela queria apenas atuar como advogada, devido à referência positiva que teve de seu padrinho. No entanto, no decorrer do processo de inserção no curso esse projeto ampliou-se e tomou proporções maiores, levando Maria a ambicionar com a conquista dos mais altos cargos que a área do curso de Direito possibilita. Todavia, como enfatiza a aluna entrevistada, conseguir chegar a esses cargos na condição de aluna pertencente à classe dominada demanda muita dedicação e esforço, pois pelo fato deles não terem condições financeiras para manter-se, precisam conseguir de alguma forma se estabilizarem relativamente bem para continuar se dedicando aos estudos e conseguir atingir a meta desejada. Desse modo, a estratégia adotada por esses sujeitos é conseguir essa estabilidade por meio da aprovação em um concurso público. E, enquanto esse resultado positivo não vem, os sujeitos entrevistados optam por advogar e com isso conseguir reconhecimento profissional perante a sociedade, adquirindo experiências para, em um futuro próximo, fazer o que realmente almejam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca em analisar os dilemas e as estratégias de superação, elaboradas por os estudantes de camadas populares em cursos elitizados do ensino superior, a presente pesquisa revelou, que a ênfase nos discursos sobre esta temática ainda encontra-se principiantes. Além disso, os discursos existentes acerca dos estudantes de classe dominada em sua maioria se revelam mais em relação ao fracasso escolar do que o sucesso escolar.

Os protagonistas dessa pesquisa foram estudantes universitários do curso de Direito, pertencentes a classe dominada. O estudo realizado entre os pressupostos teóricos e os resultados permitiu constatar que os dilemas estão presentes constantemente na vida acadêmica dos sujeitos pesquisados, sobretudo na questão financeira, como o curso de Direito é considerado de elite, demanda um custo financeiro elevado. No entanto estes sujeitos não desistiram do projeto de ingressar em uma universidade.

A partir dos resultados apontados verificou-se que os sujeitos que participaram dessa pesquisa no decorrer da entrevista manifestaram sentimentos de alegrias, superação e também de angústia, por estarem no fim do curso, e perceberem que as trajetórias para um estudante de classe dominada conseguir reconhecimento profissional não é um processo fácil. De uma forma geral, todos os entrevistados se consideram vencedores, quando estes relatam que o fim do curso será um desfecho de uma longa batalha.

A pesquisa objetivou-se também identificar os dilemas vivenciados e as estratégias de superação adotadas por esses alunos, os objetivos estabelecidos foram alcançados. Diante disso, ficou constatado que os estudantes entrevistados enfrentaram muitas dificuldades para ingressar no curso de Direito por ser muito concorrido, por isso que alguns destes optaram por um caminho diferente dos outros que foi ingressar em um curso de massa e depois tentar uma reopção de curso. Essa foi a forma encontrada por estes sujeitos para aumentar as suas chances de ingressar no curso.

Vale salientar, que assegurar só o ingresso não basta para que os alunos obtenham sucesso, o processo de permanência foi uma das preocupação demonstrada por estes sujeitos, pois como eles pertencem a classe dominada sua condição socioeconômica é bem limitada, e a universidade exige muitos gastos, principalmente com o material acadêmico, e no curso de Direito esse material tem um valor elevado. A partir dessa realidade a grande maioria dos sujeitos precisaram adotar estratégias para driblar essas dificuldades e facilitar sua permanência na universidade. E um dos mecanismos empreendidos por esses sujeitos foi a

participação em programas proporcionados pela universidade e oferecido pelo Governo Federal que foram as políticas de ações afirmativas, que surgiu como forma de garantir o acesso e assegurar a permanência dos alunos de camadas populares no ensino superior.

Contudo, os dados empíricos nos levaram a refletir mais detidamente acerca da influência da escola no prolongamento dos estudos dos sujeitos investigados, e o incentivo da família na escolha do curso destes. Para a grande maioria dos alunos entrevistados a escolha do curso surgiu a partir de um desejo próprio, e depois por meio de influência de pessoas que desempenharam papéis importantes em suas vidas, tais como: pais, padrinho, professores, entre outros. A pesquisa também mostrou que os sujeitos entrevistados têm perspectivas otimistas para o fim do curso, todos almejam ingressar na área do Direito, e demonstra ter apreendido no curso as habilidades necessárias para desenvolver seu ofício de forma competente, oferecendo um bom serviço para a sociedade contemporânea. Os sujeitos entrevistados ressaltam que foi na família que estes encontraram suporte para vencer as adversidades da vida, e os impasses posto na construção da identidade pessoal e profissional.

A pesquisa realizada nos possibilitou mostrar o universo desses estudantes de camadas populares como sujeitos que constituem os novos agentes sociais do ensino superior brasileiro. A partir desse cenário é possível compreendermos que há uma necessidade de reestruturamos o sistema educacional, desde os anos iniciais, até o ensino superior, com o intuito de oportunizar e ampliar o acesso aos que até agora não conseguiram driblar as dificuldades e ser beneficiado. Desse modo, torna-se imprescindível que essas práticas sejam revisadas de acordo com a necessidade desses sujeitos, e mudanças em prol da melhoria da educação sejam executadas.

Reafirmamos a importância dessa pesquisa uma vez que essa propiciou a ampliação dos nossos conhecimentos com relação ao tema apresentado, haja vista que discussões com essa temática têm surgido com mais frequência no âmbito educacional devido à forte presença de estudantes de camadas populares nos espaços acadêmicos. Pois, atualmente no cenário educacional esses sujeitos têm empreendido muitos esforços para conseguir romper com o seu destino e escrever uma nova trajetória permeada por conquistas e vitórias, e dessa forma atingir os objetivos almejados por estes. Esta pesquisa trouxe contribuições, pois se revelou como propulsora para a realização de outras pesquisas e seus resultados possibilitaram reflexões em torno dos alunos de camadas populares que conseguiram ingressar e permanecer na universidade pública. Estudos com essa temática tem minimizado a discriminação social, e oportunizado reflexões acerca desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fevereiro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741> Acesso em: 08 de novembro de 2015.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. IN: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). **Escritos de Educação**. 9 ed. –Petrópolis, Rj: Vozes, p. 129 a 143, 2007.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. IN: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). **Escritos de Educação**. 9 ed. –Petrópolis, Rj: Vozes, p. 217 a 227, 2007.

BRASIL. **Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-publicacaooriginal-23558-pl.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **FIES**. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

CAMARGO, Orson. **Classe social**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/classe-social.htm>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

CORREIA, Thais. Campus de Sousa - **Centro de Ciências Jurídicas e Sociais**. Disponível em: <http://www.ccjs.ufcg.edu.br/Paginas/Institucional/Historia.php>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

CUNHA, L. A. Ensino superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T et al (Org) **500 anos de educação no Brasil**, p. 151-204. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: [www.densf.xpg.com.br/ensino superior e universidade no brasil.doc](http://www.densf.xpg.com.br/ensino_superior_e_universidade_no_brasil.doc). Acesso em 12 de julho de 2016.

CHARLOT, B. (org.). **Juventude Popular e Universidade: Acesso e Permanência**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2011.

_____. **Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização: questões para a educação hoje**. – Porto Alegre: ARTMED, 2005.

_____. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

DUTRA, C. PROUNI e a democratização do acesso e permanência no ensino superior. **Revista ProUni – MEC/SESu**. 1. ed. p.1-36, 2008. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GHIRALDELLI, J. P. **História da Educação**. 2. ed. rev., São Paulo: Cortez, 1994.

JANUÁRIO, L. O. **PBVest**. Disponível em: <http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cursinhos-comunitarios/pbvest.htm> Acesso em: 05 de novembro de 2015.

LIMA, E. R. **Metodologia Científica II**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZaeBK8uItFAJ:elcio.org/wpcontent2011/06/METODOLOGIA-DA-PESQUISACIENT%25C3%258DFICAIL.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 de dezembro de 2015.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso em: 05 de jun. de 2016.

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. São Paulo: Loyola, 2007.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 3 ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PEREIRA, A. S. **Sucesso escolar de alunos dos meios populares: mobilização pessoal e estratégias familiares**. 2005. 213 f. Tese (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_PereiraAS_1.pdf Acesso em: 11 de novembro de 2015.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Ática, 2008.

ROMANELI, Otaíza, Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 25 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, E. M. T. Ensino de direito no Brasil: perspectivas históricas gerais. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) vol.4 no.1 Campinas 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572000000100008. Acesso em: 25 de maio de 2016.

SILVA, A. V. Os Significados do Vestibular: análise sociohistórica e pesquisa junto a alunos de um pré-vestibular popular. IN: CHARLOT, Bernard (org.). **Juventude Popular e Universidade: Acesso e Permanência**. São Cristóvão: Editora UFS, p. 13 a 37, 2011.

SILVA, M. L. **O papel do coordenador pedagógico enquanto agente articulador da formação continuada**. Barreiras, Bahia. 2011.

SOUZA, L.; MAYORGA, C. Ação Afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Rev. psicol. polít. [online]**, vol.12, n.24, p. 263-281, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200006. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2015.

APÊNDICES



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE A

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CAMPUS CAJAZEIRAS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
ORIENTADOR: DORGIVAL GONÇALVES FERNANDES
ORIENTANDA: ROSEMARY DA SILVA SOUSA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezados e prezadas entrevistados (as);

Estou realizando a pesquisa de campo do projeto monográfico intitulado “Estudantes de camadas populares em cursos considerados de elite: entre sonho, dificuldades e superações”. O objetivo deste trabalho é analisar os dilemas vivenciados e as estratégias de superação elaboradas por jovens estudantes de camadas populares em cursos elitizados do ensino superior. Deste modo, solicito a sua colaboração na pesquisa concedendo-me a permissão de poder entrevistar-vos no estudo acima mencionado com a autorização de gravar e utilizar trechos de suas falas relativas às respostas dadas às questões do formulário de entrevistas em anexo.

Esta pesquisa não lhe trará custos ou riscos e todas as informações serão mantidas no mais absoluto sigilo quanto ao anonimato e confidencialidade de seus participantes/respondentes. Outrossim, informo que antes de finalizada a entrevista você pode se retirar da pesquisa a qualquer momento que desejar. Assim como, o entrevistado escolherá um pseudônimo para ser resguardado em suas informações prestadas/vinculadas no texto da monografia.

Concomitantemente, informo que uma vez prestada a colaboração na participação a esta entrevista, suas considerações serão tratadas de modo autêntico em relação a seus esclarecimentos na produção da monografia acima mencionada.

Desde já conto com a sua colaboração e agradeço a sua atenção e disponibilidade.

Cajazeiras-PB, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do Entrevistado (a) _____

Fone Responsável pelo Entrevistado (a): () _____

E-mail (caso haja): _____



APÊNDICE B

Roteiro de entrevistas:

Dados demográficos:

Aluno 1: _____

Idade: _____ Sexo: F () M () Período: _____

Perguntas:

01. Você poderia falar sobre as motivações que levaram você a escolher esse curso de Direito?
02. A tua família e as escolas onde você estudou, elas influenciaram no ingresso e na permanência do curso?
03. Como foi sua trajetória escolar até chegar à universidade.
04. Como foi o processo de ingresso neste curso?
05. Me fale um pouco como vem ocorrendo o seu desenvolvimento acadêmico na universidade.
06. Você conta com ajuda de algum Programa de Assistência Estudantil para custear seus gastos na universidade? Quais?
07. Por ser aluno de origem popular, este fato tem interferido no seu desenvolvimento acadêmico com relação aos demais?
08. Quais as suas perspectivas com relação à conclusão do curso?



APÊNDICE C

<i>Meses</i>	<i>Abril</i>	<i>Mai</i>	<i>Junho</i>	<i>Julho</i>	<i>Agosto</i>	<i>Setembro</i>	<i>Outubro</i>
Elaboração do projeto							
Coleta de dados							
Processamento dos dados							
Análise dos dados							
Escrita do relatório de pesquisa/ Monografia							
Defesa							

Rosemary da Silva Sousa